

**CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
(CNAVES)
FUNDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS (FUP)**

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E ENSINO BÁSICO (1º CICLO)**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA (RAE)
SUBCOMISSÃO C3**

**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

2005

Índice

I. Introdução	4
1.1. Constituição da Comissão	4
1.2. Método de Trabalho – A Construção de uma Grelha de Avaliação	4
1.2.1. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação	5
1.2.1. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação – quadro síntese	7
1.2.3. Parâmetros Criteriais e Indicadores de Apreciação dos Campos de Apreciação	8
1.2.4. Classificação dos Campos de Apreciação	8
1.3. Método de Trabalho – O Trabalho em Subcomissão.	9
1.4. Termos de Referência das Visitas Institucionais	10
II. Áreas de avaliação e campos de apreciação	10
1. Enquadramento	10
2. Avaliação do Curso	12
A. Missão Institucional e Organização	13
A.1 Organização Institucional	13
A.2 Gestão de Qualidade	15
B. Docentes e Discentes	18
B.1 Corpo Docente	18
B.2 Alunos	19
C. Currículo e Formação	20
C.1 Objectivos do Curso	20
C.2 Plano de Estudos	21
C.3 Conteúdos Programáticos	24
C.4. Processo Pedagógico	25
C.4.A Componente Curricular	26
C.4.B Componente de Iniciação à Profissão .	29
D. Infraestruturas e Equipamentos	32
D.1 Recursos humanos não docentes	32
D.2 Instalações e Equipamentos	32

D.3 Recursos Financeiros	33
C.4 Ambiente Académico (Apoio Social)	33
E. Relações com as Comunidades	34
E.1 Relações Externas e Internacionalização	32
E.2. Avaliação das Empregabilidade	35
III. Recomendações	36
IV. Anexos	
Anexo 1 - <i>Curricula Vitae</i> dos Membros da Subcomissão	
Anexo 2 - Termos de referência para a visita institucional	
Anexo 3 - Grelha de Avaliação	

I. INTRODUÇÃO

1.1. Constituição da Comissão

A Sub-Comissão de Avaliação externa responsável pelo presente Relatório integra a Comissão de Avaliação Externa das Universidades para os Cursos de licenciatura em Ensino Básico, 1º ciclo e em Educação de Infância, e é presidida pelo Professor Doutor João Formosinho, Professor Catedrático do Instituto de Estudos da Criança (IEC) da Universidade do Minho.

Esta sub-comissão é constituída pelos seguintes elementos:

Presidente: - Professora Doutora Maria Isabel Tavares Pinheiro Martins, Professora Associada com Agregação em Educação, do Departamento da Didáctica e Tecnologia Educativa da Universidade de Aveiro.

Vogais: - Professor Doutor Natércio Augusto Garção Afonso, Professor Auxiliar Convidado da FPCE da Universidade de Lisboa.

- Professora Doutora Esperança do Rosário Jales Ribeiro, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

- Drº Álvaro Manuel da Silva Santos, Secretário Permanente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.

1.2. Método de trabalho – a construção de uma grelha de avaliação

As principais fontes de informação para o processo de avaliação externa são os Relatórios de Auto-Avaliação (RAA), apresentados pelas respectivas Comissão de Avaliação Interna, e a informação recolhida no decurso das visitas efectuadas no âmbito deste processo por cada Subcomissão.

A organização e avaliação da informação assim produzida foram realizadas a partir dos catorze campos de apreciação aprovados pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). Estes campos de apreciação pretendem, no seu conjunto, avaliar cada curso nos seus aspectos estruturais e funcionais, procurando compreender nomeadamente a natureza da matriz conceptual subjacente ao perfil

profissional visado, bem como as estratégias organizacionais e funcionais de gestão e regulação curriculares através das quais se intenta a sua concretização.

Na primeira fase dos trabalhos da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Formação de Professores em Educação de Infância e Ensino Básico (1º Ciclo) (CAE), com vista à organização e regulação global do processo, estabeleceu-se que os objectivos principais da avaliação externa se inscrevem numa perspectiva de aprofundamento da qualidade educacional, particularmente, da qualidade da formação dos professores do 1º Ciclo do ensino básico e dos educadores de infância. Assim, o processo de avaliação externa visa incentivar culturas de reflexão crítica nas quais o cruzamento das dinâmicas institucionais internas aos próprios cursos e os contributos de olhares que lhes são exteriores, possa enriquecer a visão e permitir um processo gradualista de melhoria.

Se a avaliação dos cursos se destina primordialmente a permitir uma melhoria progressiva do desempenho formativo das instituições, tal só será conseguido se a avaliação externa se constituir progressivamente na construção rigorosa de padrões de qualidade que, uma vez difundidos e estudados pelas instituições, possam ser utilizados como referencial.

Assim, a primeira fase dos trabalhos da Comissão de Avaliação Externa foi dedicada à construção de uma Grelha de Avaliação específica para a apreciação destes cursos.

1.2.1. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação

Na Grelha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Formação de Professores em Educação de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico, os catorze Campos de Apreciação aprovados pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) foram organizados em dois tipos de dimensões: as **Dimensões Substantivas** e as **Dimensões Operacionais ou Adjectivas**, cada uma das quais divididas em diferentes Áreas de Avaliação.

As Dimensões Substantivas incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *A) Missão Institucional e Organização, B) Docentes e Discentes, e C) Currículo e Formação*. As Dimensões Operacionais (Adjectivas) incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *D) Infra-estruturas e Recursos e E) Relações com as Comunidades*.

Distribuídos pelas dimensões e áreas referidas, os catorze **Campos de Apreciação** definidos no âmbito deste processo de avaliação externa referem-se: à organização institucional (**A1**) e à gestão da qualidade (**A2**), na área da Missão Institucional e Organização; ao corpo docente (**B1**) e aos alunos (**B2**), na área dos Docentes e Discentes; aos objectivos do curso (**C1**), ao plano de estudos (**C2**), aos conteúdos programáticos (**C3**) e ao processo pedagógico (**C4**), na área do Currículo e Formação; ao pessoal não docente (**D1**), às instalações e equipamentos (**D2**), aos recursos financeiros (**D3**) e ao ambiente académico – apoio social (**D4**), na área das infra-estruturas e recursos; e às relações externas e internacionalização (**E1**) e à empregabilidade (**E2**), na área das relações com as comunidades.

Na página seguinte encontra-se um quadro sintetizando esta estrutura de avaliação.

1.2.2. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação – quadro síntese

<i>DIMENSÕES SUBSTANTIVAS</i>	
ÁREA DE AVALIAÇÃO A MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO	
A.1.	Organização Institucional
A.2.	Gestão da Qualidade
ÁREA DE AVALIAÇÃO B DOCENTES E DISCENTES	
B1.	Corpo docente
B.1.	Alunos (Procura, Sucesso Escolar)
ÁREA DE AVALIAÇÃO C – CURRÍCULO E FORMAÇÃO	
C.1.	Objectivos do curso
C.2.	Plano de Estudos
C.3.	Conteúdos Programáticos
C.4.	Processo Pedagógico
C.4 a.	Processo Pedagógico – componente curricular
C.4 b.	Processo Pedagógico - componente de iniciação à profissão
<i>DIMENSÕES OPERACIONAIS (ADJECTIVAS)</i>	
ÁREA DE AVALIAÇÃO D INFRAESTRUTURAS E RECURSOS	
D.1.	Pessoal não docente
D.2.	Instalações e Equipamentos
D.3.	Recursos Financeiros
D.4.	Ambiente académico (Apoio Social)
ÁREA DE AVALIAÇÃO E – RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	
E.1.	Relações Externas e Internacionalização
E.2.	Empregabilidade

1.2.3. Parâmetros Criteriais e Indicadores de Apreciação dos Campos de Apreciação

Para cada um dos campos de apreciação foram estabelecidos **parâmetros criteriosais** (o número de parâmetros criteriosais utilizados nesta avaliação ascendeu aos 89), para cada um dos quais foram identificados **indicadores de apreciação** (o número de indicadores utilizado foi superior às duas centenas).

Foram, ainda, definidos, para cada campo de apreciação, **parâmetros criteriosais nucleares**, que funcionaram como organizadores da interacção entre todos os parâmetros implicados num mesmo campo de apreciação, tendo em vista a melhor fundamentação, caso a caso, das apreciações efectuadas com base nos respectivos indicadores.

As apreciações descritivas da situação do Curso face aos indicadores visados na avaliação foram efectuadas com base numa escala gradativa, cujos níveis qualitativos apresentavam um número variável de categorias, de modo a ajustar, à natureza de cada parâmetro criterial, os conteúdos, necessariamente diferenciados, dos respectivos indicadores. Assim, apesar de a divisão da escala em quatro níveis qualitativos ser a dominante na **grelha de avaliação dos parâmetros criteriosais** (Muito Favorável; Favorável; Desfavorável e Muito Desfavorável), na avaliação de alguns foi usada uma escala dicotómica traduzida apenas nos níveis de Favorável e Desfavorável.

1.2.4. Classificação dos Campos de Apreciação

Os diferentes campos de apreciação foram objecto de **classificação**, segundo os níveis da escala qualitativa incluída no Aditamento 1 ao Guião de Avaliação Externa (GAE) aprovado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). A atribuição dos níveis de *Excelente (A)*, *Muito Bom (B)*, *Bom (C)*, *Suficiente (D)* e *Insuficiente (E)* previstos no referido aditamento tem por base um referencial estabelecido para os diferentes campos de apreciação.

A atribuição da classificação de cada **Campo de Apreciação** tem como referencial os **parâmetros criteriosais**, tendo em atenção especialmente os nucleares. Estes **parâmetros criteriosais nucleares** funcionam como organizadores da interacção

entre todos os critérios de cada dimensão, de modo a permitir a fundamentação de cada decisão caso a caso.

Os critérios que permitem atribuir uma classificação a partir da apreciação dos diversos parâmetros criteriais são os seguintes:

A – Excelente: <i>Todos os parâmetros criteriais nucleares muito favoráveis e nenhum parâmetro criterial desfavorável.</i>
B – Muito Bom: <i>Todos os parâmetros criteriais nucleares favoráveis e, pelo menos, um parâmetro criterial nuclear muito favorável.</i>
C - Bom: <i>Nenhum dos parâmetros criteriais nucleares desfavorável.</i>
D – Suficiente: <i>Apenas um parâmetro criterial nuclear desfavorável.</i>
E – Insuficiente: <i>Dois ou mais parâmetros criteriais nucleares desfavoráveis</i>

Não obstante a existência dos referenciais mencionados, foi concedida à Subcomissão a prerrogativa de proceder aos ajustamentos julgados convenientes para atender às peculiaridades próprias do processo avaliativo de cada curso, designadamente às condições existentes para a recolha da totalidade dos elementos indispensáveis à utilização daquele referencial, tal como previsto. A classificação dos diferentes Campos de Apreciação foi aferida e votada em reunião plenária da Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Formação de Professores em Educação de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico.

1.3. Método de trabalho – o trabalho em subcomissão

Após a primeira fase na qual se realizaram reuniões em plenário da Comissão de Avaliação Externa (CAE) coube a cada subcomissão reunir, visando os seguintes objectivos:

- Organizar o processo avaliativo referente aos cursos por cujos procedimentos de avaliação ficou responsável.

- Aprofundar o conhecimento acerca dos instrumentos a utilizar.
- Reflectir e consensualizar critérios de análise.
- Preparar a leitura e análise individual dos relatórios de auto-avaliação.
- Calendarizar e preparar as visitas às instituições, bem como os procedimentos de recolha de informação e gestão do processo avaliativo.
- Apresentar os relatórios respectivos sujeitos a posterior apreciação.

Na recolha e análise da informação sobre esta diversidade de campos de apreciação, pretendeu-se estabelecer um modo reflexivo e compreensivo elaborado através de uma visão múltipla, que se sustentou no cruzamento de diferentes pontos de vista de acordo com as imagens construídas quer pelos diversos interlocutores participantes directos no processo de formação (autoridades académicas, professores, alunos, funcionários e supervisores), quer num processo mais distanciado pelas entidades suas empregadoras e/ou outras, enquanto produtores externos de opinião.

As reuniões parcelares com cada um destes corpos de formação, bem como a análise de conteúdo do relatório de auto-avaliação constituíram oportunidades para uma recolha e troca de opiniões que, em si mesmas, se revelaram como ocasiões de partilha formativa contextualizada nas experiências vivenciadas por cada interlocutor.

1.4. Termos de referência das visitas institucionais

Os termos de referência para as visitas institucionais enviados às universidades envolvidas neste processo de avaliação encontra-se no ANEXO 2.

II. ÁREAS DE AVALIAÇÃO E CAMPOS DE APRECIAÇÃO

1. Enquadramento

A Licenciatura em Educação de Infância, objecto do presente relatório de Avaliação Externa, é ministrada na Universidade de Évora, instituição pública cujo longo passado remonta à data da sua fundação, em 1559. Na sua memória histórica é comum situar dois períodos; *i)* um primeiro que decorre entre o século XVI e os meados do século XVIII, onde se assinala o espaço temporal que medeia a sua criação e o seu

encerramento (por decisão política do Marquês de Pombal, com a expulsão da Companhia de Jesus) e um *ii*) segundo período, a partir 1973, que marca a sua reinstauração com a criação do Instituto Universitário de Évora (por decisão do Ministro da Educação José Veiga Simão). Poucos anos depois, em 1979, dá-se a substituição deste Instituto pela “actual Universidade de Évora”, tendo esta tido os seus órgãos de gestão institucionalizados em 1986 .

A Universidade funcionou desde a sua criação no edifício do Colégio Espírito Santo, (que faz parte integrante do património mundial que a UNESCO declarou constituir o centro histórico da cidade de Évora), e constitui ainda hoje um lugar nuclear da Instituição, mas não único, uma vez que os espaços de utilização geral da mesma, se distribuem por mais cinco edifícios (dispersão geográfica), na malha urbana, e para além dela, descentralização que concorre para alguma diminuição de interacção entre os estudantes dos diferentes cursos.

Os Estatutos da Universidade de Évora “ apresentam-na como uma instituição com organização departamental” (RAA¹, pg. 23).

Dos 20 departamentos existentes, 19 organizam-se em 5 Áreas Departamentais - Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exactas, Ciências da Natureza e do Ambiente, Ciências Económicas e Empresariais, que dispõem de Conselhos Científico e Directivo. O Departamento de Artes não está integrado em nenhuma das Áreas Departamentais.

A coordenação científica é da responsabilidade do Conselho Científico Geral da Universidade e tem delegadas algumas competências na comissão de curso, que é um seu órgão de consulta.

A coordenação pedagógica é assegurada pelo Conselho Pedagógico da Universidade, do qual faz parte o director de curso e que tem a funcionar no seu seio comissões especializadas. Está constituída uma comissão especializada, com representação dos estudantes, para tratar de assuntos respeitantes apenas ao curso.

A estrutura de coordenação do curso é a Comissão de Curso, com representação dos departamentos com maior intervenção na sua leccionação, em número variável de 3 a 5, dos quais um é eleito o director do curso.

Entre outras atribuições, compete-lhe desde o “contacto regular com os alunos, ao acompanhamento do funcionamento do curso, à colaboração com os Departamentos na

¹ Dado que as citações a desenvolver ao longo do presente RAE dizem respeito ao RAA, passamos a omitir a sua indicação sempre que tal não seja justificável.

articulação de programas e ao estudo permanente das estruturas e conteúdos curriculares” até “propor as alterações que considerem necessárias ao Conselho Científico” (pg. 45).

A Comissão da licenciatura em Educação de Infância é constituída por cinco docentes representativos de 3 Departamentos: Pedagogia e Educação, Linguística e Literaturas e Matemática.

A Licenciatura em Educação de Infância tem a sua génese no curso de bacharelato em Educação Pré Escolar, cuja criação remonta a 1988, “tendo sido homologado pela portaria nº 462/88, de 13 de Julho” (pg. 19).

Foi “criada pelo despacho 2458/2000, de 31 de Janeiro, com a duração de 8 semestres, sendo o último semestre integralmente preenchido por um estágio pedagógico. A actual estrutura curricular foi aprovada pelo Senado, por “deliberação nº 1538/2003” (pg. 19) e está ligada a 10 Departamentos e a 3 Áreas Departamentais. Por serem vários departamentos a assegurar o ensino “ não existe, deste modo, o que poderia designar-se por área científica pertinente” (pg. 25).

2. Avaliação do curso

Na sequência do referido, na introdução, a avaliação do curso em análise incide sobre *cinco áreas* que são respectivamente: *Missão Institucional e Organização; Docentes e Discentes; Currículo e Formação; Infraestruturas e Recursos; Relações com as Comunidades*, abrangendo *catorze campos* de apreciação, que contemplam oitenta e nove *parâmetros criteriosais*, e mais de duas *centenas de indicadores*. No decorrer do presente Relatório de Avaliação Externa serão indicados os respectivos *campos de apreciação*, em cada área de análise, bem como os *parâmetros criteriosais* subjacentes, resultando da sua leitura o acesso aos respectivos indicadores.

A presente avaliação seguiu a metodologia explicitada na introdução, tendo como ponto de partida, para a análise a efectuar, o Relatório de Auto-Avaliação (desenvolvido pela Comissão nomeada para o efeito, nos termos previstos pelo CNAVES, no respeitante ao processo de Avaliação do Ensino Universitário), bem como; a visita Institucional, efectuada por esta Subcomissão, ocorrida no âmbito do *Programa da Visita à Universidade de Évora* nos dias 14,15,16 e 17 de Março de 2005 (no que ao curso de Licenciatura de Educação de Infância dizia respeito).

A - MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

Os termos de referência aprovados pela Comissão, nesta primeira área de avaliação, organizam-se em dois campos de apreciação: (1) a organização institucional e (2) a gestão da qualidade.

A1 - ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL.

Na avaliação da organização institucional da licenciatura em causa foram utilizados os seguintes parâmetros criteriais: (1) integração do curso na instituição e respectiva estratégia, (2) organização interna da instituição que facilite a inserção e o desenvolvimento do curso, (3) organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância, (4) organização interna da investigação que facilite a produção de investigação no âmbito da educação de infância, (5) envolvimento dos órgãos da instituição, dos dirigentes e dos docentes na realização do curso, e (6) grau e qualidade da participação dos alunos nos órgãos pedagógicos.

Da análise do relatório de Auto-Avaliação, podemos concluir que os princípios fundantes do curso foram devidamente reflectidos, cruzando preocupações do domínio das teorias que fundamentam o conhecimento, com os normativos legais e com recomendações internacionais, e que ao longo da visita foram, por diversas vezes, referidos, principalmente pelos docentes e pelos responsáveis do Curso. Estes elementos e as diversas referências à missão, sustentam a visão do planeamento estratégico do curso na sua génese.

A visita revelou que a direcção do Departamento de Pedagogia e Educação e a coordenação do Curso estão fortemente empenhadas no desenvolvimento da licenciatura, assente numa estratégia da sua valorização no seio da Universidade, esforço nem sempre acompanhado pela macro – estrutura institucional.

O facto da licenciatura ser muito recente – o curso anterior era um bacharelato – tem obrigado a um esforço adicional, que se regista como positivo, no sentido de ultrapassar obstáculos de representação social de alguma menoridade deste face aos restantes cursos da universidade.

A missão e a visão estão bem referenciadas ao longo do relatório de auto-avaliação.

A unidade orgânica vocacionada para o desenvolvimento do Curso é a Comissão de Curso, que está criada na dependência do Conselho Científico Geral da Universidade, e é formalmente um órgão de consulta deste.

A Comissão de Curso é constituída por cinco docentes em representação de três departamentos: Departamento de Pedagogia e Educação, Departamento de Linguística e Literaturas e Departamento de Matemática. Dos seus elementos um é eleito director do Curso.

Ainda que caiba ao Conselho Científico Geral a aprovação das alterações à estrutura curricular, é à Comissão de Curso que está incumbida a missão de trabalhá-las previamente e de apresentá-las àquele órgão. Considerando este facto e as diversas competências que lhe estão atribuídas existe por parte deste órgão alguma capacidade de regulação.

Do relatório e da visita, não foram recolhidas evidências da existência de órgãos que estructurem as carreiras dos docentes nas respectivas áreas.

Denotando preocupações com a formação acrescida dos educadores de infância, à data em análise, a Universidade oferecia cursos de Complemento de Formação Científica e Pedagógica e Cursos de Estudos Superiores Especializados, nas áreas de Administração Escolar, Supervisão Pedagógica, Desenvolvimento Pessoal e Social e em Necessidades Educativas Especiais.

Para além de diversos mestrados em Educação, destinados a educadores de infância e a professores dos ensinos básico e secundário, a instituição tem agora a funcionar o mestrado “A criança em diferentes contextos educativos”, fundamentalmente destinado a licenciados em educação de infância.

A organização interna não tem facilitado a produção de investigação no âmbito da educação de infância, uma vez que não existem linhas e projectos de investigação na área.

A criação do mestrado “A Criança em diferentes contextos educativos” e a actividade que se espera vir a produzir o Centro Paulo Freire permitem alguma expectativa de desenvolvimento.

No entanto, foi possível identificar a existência de alguns projectos de investigação em educação de infância, que são o resultado de iniciativas individuais de alguns docentes.

Podemos, ainda, concluir que as provas académicas dos docentes são, na generalidade, realizadas em temas relevantes para a docência.

Durante a visita foram efectuadas referências espontâneas à missão e à visão pelos dirigentes, nomeadamente pelo director do Departamento de Pedagogia e Educação e pelo director do Curso, e ainda por alguns dos docentes.

A participação dos alunos da licenciatura em Educação de Infância nos órgãos da instituição é muito baixa, dado congruente com a baixíssima taxa de respostas que deram aos inquéritos relativos à auto-avaliação (18%).

Da reunião com os alunos, foi clara a “descrença” relativamente à sua participação nos órgãos da instituição e notório que olham para a metodologia e instrumentos usados no processo de auto-avaliação como sendo desadequados, o que deve merecer a atenção por parte dos órgãos dirigentes.

Todavia, a presença dos alunos na visita foi muito elevada (estiveram 93 alunos, representativos dos diversos anos) e com participação muito activa na Reunião para o efeito prevista. Muitos deles participaram ainda na “Hora Aberta”, com elevado grau de intervenção.

Embora um dos parâmetros nucleares esteja cotado como muito favorável e os restantes como favoráveis, o grau e qualidade da participação dos alunos nos órgãos pedagógicos é desfavorável, pelo que se atribui o nível de Bom a este primeiro campo de apreciação.

A2 - GESTÃO DA QUALIDADE

A avaliação dos dispositivos e procedimentos de gestão da qualidade do curso obedeceu à consideração dos seguintes parâmetros criteriais: (1) certificação da aptidão individual para ensinar, (2) classificação profissional, (3) prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais, (4) avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências, (5) incorporação dos resultados da anterior avaliação para a melhoria do curso, e (6) qualidade do Relatório de Auto-Avaliação.

No que respeita à certificação da aptidão individual para ensinar, a comissão não detectou a existência de mecanismos escritos ou assumidos explicitamente com implicações concretas na reprovação ou prolongamento de estágio.

No entanto, foi perceptível que a direcção do curso e os docentes estão desportos para a problemática e que quando são detectados casos de inadequação para o exercício profissional despoletam mecanismos de regulação através de tutorias os quais, embora não estando explicitados, existem e parecem funcionar.

A visita permitiu à comissão de avaliação externa verificar que a instituição consciencializou o impacto da classificação profissional na empregabilidade dos educadores de infância que forma e que a problemática tem sido alvo de algumas discussões internas.

Do discurso dos docentes apreendido pela comissão, entendem que as possíveis soluções situam-se mais ao nível sistémico do que ao nível institucional ou do curso.

Embora sejam recentes, a instituição tem práticas sistemáticas de auto-avaliação, não tendo sido encontradas evidências da sua implicação no desenvolvimento do curso. Este processo está sob coordenação do Pró-Reitor para a Avaliação Institucional e Política de Qualidade, relevando-se os seguintes problemas:

- a) Alguma clivagem entre a Comissão de auto-avaliação do Curso e os mecanismos institucionais, o que pode ser limitador do processo; este aspecto, confirmado na visita, está latente no relatório nomeadamente quando se afirma (pg. 90) que “ é-nos difícil entender que a avaliação interna do curso tivesse sido feita sem que a comissão do curso nela fosse envolvida.”
- b) O sentimento expresso pelos alunos de que os instrumentos utilizados eram desadequados por serem demasiado vagos e que metodologia utilizada para a recolha de dados não foi a melhor. Estes foram, aliás, os argumentos aduzidos para a baixíssima taxa de resposta que deram aos inquéritos.

Como referido anteriormente, a instituição tem hoje práticas sistemáticas de auto-avaliação, as quais passam também pela realização de inquéritos aos alunos no final de cada semestre e pela elaboração de relatórios de disciplina.

Das reuniões efectuadas, foi possível identificar que estas práticas não têm ainda implicações no desenvolvimento do curso, o que aliás só confirma a ideia transmitida no relatório de auto-avaliação quando se afirma (pg. 93) que “ Prevê-se que no futuro,

após consolidada esta metodologia, seja possível obter informação válida que permita aos docentes, comissões de curso e órgãos de gestão, avaliar, corrigir e melhorar o desempenho”.

A construção do curso de licenciatura atendeu a algumas recomendações expressas na avaliação do curso de bacharelato.

É assumido institucionalmente que a par das orientações de Bolonha e dos documentos produzidos pelo extinto INAFOP, as recomendações da comissão de avaliação externa ao curso de bacharelato assumem-se como um dos três grandes níveis de referentes da construção do actual plano de estudos. De facto, é perceptível uma evolução na sustentabilidade da prática pedagógica, na redução da carga horária e no número de disciplinas e algum incremento na política de formação dos docentes.

Tendo sido identificada a existência de algumas dificuldades de articulação entre áreas científicas e entre os diversos departamentos que intervêm no curso, subsistem algumas dúvidas sobre se neste âmbito o curso sofreu alguma evolução positiva desde a última avaliação.

A necessidade então apontada de serem repensadas as disciplinas de opção não encontrou ainda uma resposta adequada.

De um modo geral o relatório de auto-avaliação segue o referencial sugerido pelo respectivo guião, revelando capacidade de análise e de síntese.

As conclusões são abrangentes, coerentes com os dados, e denotam sentido crítico.

Os dados apresentados nem sempre são suficientes e fiáveis. Neste particular, destaca-se:

- a) a ausência de programas completos de muitas disciplinas, informação solicitada durante a visita, tendo sido entregue um dossier à comissão de avaliação externa;
- b) ausência de inquéritos a entidades empregadoras;
- c) baixíssima taxa de retorno dos inquéritos aos alunos (18%);
- d) modesta taxa de retorno dos inquéritos a docentes (51,6%);
- e) dossier das fichas dos docentes, com muita informação em falta.

Durante as reuniões foi visível que eram muito poucos os interlocutores que conheciam o relatório de auto-avaliação e que quase ninguém participou em discussões sobre o mesmo.

O relatório de auto avaliação tem na sua primeira folha não paginada um despacho do Senhor Vice Reitor da Universidade de Évora, considerando que o “ Relatório de

Auto-Avaliação reúne as condições para ser enviado à Fundação das Universidade Portuguesas”.

Todos os parâmetros criteriosais foram considerados como favoráveis, pelo que considera este campo de apreciação com apreciação de Bom.

B - DOCENTES E DISCENTES

Neste segunda área de apreciação a avaliação incide sobre dois campo: (1) o pessoal docente e (2) o pessoal discente.

B 1 - CORPO DOCENTE

Na avaliação do corpo docente foram considerados os seguintes parâmetros criteriosais: (1) adequação, (2) qualificação, (3) formação, (4) adequação às funções docentes, e (5) investigação científica produzida.

Quanto à adequação do corpo docente do curso, globalmente, considera-se a situação como favorável.

A formação académica de base é adequada e existem docentes com experiências de docência no terreno, sendo que alguns têm contactos significativos com a comunidade profissional servida.

No entanto, não é significativo, globalmente, o desenvolvimento científico e profissional indiciado pela docência, por publicações e percurso na área da educação de infância.

Conforme informação constante no relatório de auto-avaliação (pg 68), o corpo docente do curso é constituído por 47 docentes, que se distribuem por 9 departamentos e com graus académicos que variam entre a licenciatura e o doutoramento.

O departamento mais representado no Curso é o de Pedagogia e Educação, com 24 docentes, seguido do de Linguística e Literatura, com 7 docentes.

Dos 47 docentes, cerca de 50% são doutorados, o que representa uma situação considerada muito favorável.

Também se verifica uma situação muito favorável quanto à relevância das provas académicas dos docentes para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões do desempenho docente.

Quanto à utilização adequada do corpo docente à distribuição do serviço docente, pode considerar-se globalmente positiva, não tendo sido encontradas incongruências entre a formação e as disciplinas de que são responsáveis.

Da informação prestada à comissão pela instituição, no que se refere às fichas docentes, não foi possível concluir que a investigação dos docentes para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente é relevante para mais de 50% dos docentes. Assim, face aos dados disponibilizados à comissão de avaliação externa, considera-se este parâmetro criterial como desfavorável.

Considerando o exposto, nomeadamente o facto de não ser possível concluir que a investigação dos docentes para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente é relevante para mais de 50% de docentes – este é um critério nuclear – situou-se este campo no nível Suficiente

B2 - ALUNOS

Os parâmetros criteriais de avaliação relativos ao corpo discente centram-se na análise de três dimensões: (1) o ingresso no curso, (2) os níveis de sucesso escolar, e (3) o empenhamento dos alunos.

No ano em análise, o curso teve 179 candidatos para 35 vagas e da análise dos elementos presentes no relatório de auto-avaliação (pg. 63), verifica-se que a média de ingresso no curso se situa nos 13 valores, o que configura uma situação favorável, por comparação com a média de ingresso no curso a nível nacional.

Quanto à ordem de prioridade dos candidatos, verifica-se que 70% dos ingressados escolheu este curso da Universidade de Évora em 1ª opção e que mais de 88% optou pelo curso numa das três primeiras opções, situação que se considera muito favorável.

Nos últimos 5 anos do curso, a maioria dos alunos concluiu o curso no número de anos previsto, sendo que nos últimos dois anos tal facto aconteceu para a totalidade dos alunos.

Não foram identificadas situações em que as taxas de repetência assumissem valores significativos.

Assim, quanto ao sucesso do curso, considera-se a situação como muito favorável.

Dos elementos que foi possível recolher durante a visita, a assiduidade e o nível de participação nas aulas e em trabalhos práticos é elevado, ressaltando empenhamento dos alunos, congruente, aliás, com a forte presença e participação muito activa dos alunos na reunião com eles efectuada.

Durante a visita a diversos contextos e da reunião com os cooperantes, foi visível que a interacção em situações de Prática Pedagógica é boa e pelos dados recolhidos quer no relatório de auto-avaliação quer durante a visita existe uma considerável participação dos alunos em actividades comunitárias.

Em função da análise efectuada atribui-se a este campo a classificação de Muito Bom

C - CURRÍCULO E FORMAÇÃO

Esta área de apreciação envolve a avaliação de quatro campos de avaliação: (1) definição dos objectivos do curso, (2) plano de estudos, (3) conteúdos programáticos, e (4) processo pedagógico.

C1 - OBJECTIVOS DO CURSO

A avaliação dos objectivos do curso teve em consideração três parâmetros criteriosais, a saber: (1) formulação dos objectivos, (2) identificação de um perfil de desempenho profissional, e (3) definição de competências a promover.

Os objectivos do curso estão adequadamente formulados no relatório de auto-avaliação. Aqui assume-se (pg. 19) que o “educador de infância é um profissional comprometido com a sociedade e o seu desenvolvimento, focalizando a sua acção na infância e assumindo-se, nesse quadro amplo, como promotor do desenvolvimento e da

aprendizagem de todas as crianças”, seguindo-se-lhe um conjunto de princípios que alicerçam a definição dos objectivos.

Ao longo do relatório é possível encontrar diversas referências a documentos que permitem uma definição explícita e cuidadosa dos objectivos gerais e específicos do curso, os quais oferecem um quadro conceptual orientador da estrutura curricular.

Como referido anteriormente, os objectivos estão adequadamente definidos. Para além disso, a estrutura curricular beneficiou da evolução que o curso sofreu entre 1999 e 2004.

É, pois, de forma expressa que se pode ler no relatório de auto-avaliação que os Padrões de Qualidade de Formação Inicial de Professores, os Perfis de Desempenho Gerais e Específicos do Educador de Infância e as Recomendações sobre a Prática Profissional dos Cursos de Formação Inicial de Professores foram um referente fundamental na construção explícita de um perfil de desempenho docente na educação de infância.

De uma forma geral, considera-se que existe uma definição das competências docentes a promover nas disciplinas das diferentes áreas.

Em consequência do exposto porque um dos Critérios nucleares foi considerado como favorável – o primeiro -, a comissão atribuiu a este campo o nível Muito Bom

C 2 - PLANO DE ESTUDOS

A avaliação do plano de estudos concretizou-se através da consideração dos seguintes parâmetros criteriosais: (1) congruência com os objectivos do curso, (2) tipo de plano de estudos, (3) carga discente, (4) interacção com o curso de professores do 1º ciclo do ensino básico, (5) adequação aos referenciais normativos) e (6) iniciação à profissão.

Quanto à congruência do plano de estudos com os objectivos do curso, está globalmente assegurada, tendo sido decisivos os documentos que fundamentam substantivamente o plano de estudos – os já referidos documentos do extinto INAFOP.

Contudo, a visita tornou evidente a necessidade de ser melhor ponderada a política definida para as disciplinas de opção.

As evoluções sofridas no plano de estudos, fruto da passagem de bacharelato a licenciatura, e a reestruturação curricular entretanto havida, num período de apenas 5 anos, foram acompanhadas, e beneficiaram, de uma reflexão aquando da candidatura à acreditação do curso pelo extinto INAFOP, das recomendações do Relatório de Avaliação Externa ao curso de bacharelato em Educação de Infância (Setembro de 1999) e das já então emergentes orientações da Declaração de Bolonha.

Apesar do que foi referido pelos docentes nas reuniões havidas e reconhecendo-se que a iniciação à Prática Profissional está organizada por forma a ser um suporte para a transversalidade curricular e que foi efectuado um esforço em diminuir a forte atomização inicial do curso (com a redução do número de disciplinas) vislumbra-se no plano de estudos alguma cedência academicista e alguma atomização, consequência do ainda elevado número de disciplinas.

Surgem algumas dificuldades na integração curricular, quer horizontal quer verticalmente, em particular de disciplinas de diferentes departamentos, o que tenta ser atenuado pela disciplina de integração das expressões.

Quanto à carga horária semanal dos alunos, a situação é muito favorável, uma vez que ao longo do curso nunca ultrapassa as 23 horas semanais.

O 1º ano do curso é composto por 7 disciplinas anuais e 3 semestrais, o 2º ano por 4 anuais e 6 semestrais. O 3º ano por 3 anuais e 5 semestrais e 4º ano por 5 semestrais e um estágio com a duração de um semestre.

Assim e apesar da diminuição entretanto ocorrida na última reestruturação curricular, no que se refere ao número de disciplinas a situação não é ainda favorável, principalmente nos primeiros anos do curso.

O plano de estudos não inclui mecanismos de concepção curricular para garantir articulação com o curso do 1º ciclo, nem sequer foram identificadas pontes informais no desenvolvimento dos dois cursos, o que dificulta a formação de um professor generalista, com uma visão sobre a problemática da formação no ensino básico.

Apesar de existirem algumas disciplinas com programas iguais elas não atendem à especificidade de cada curso e não permitem a articulação entre os dois cursos, até porque são dadas separadamente.

Este aspecto não facilita que no futuro, enquanto profissionais, os educadores de infância procedam à necessária articulação com os outros níveis de ensino.

No entanto, é de realçar positivamente que no seio do curso existe a preocupação assumida pelos docentes que os seus formandos possam reflectir sobre a educação dos 0 aos 10 anos e que possam contactar com contextos diferenciados o que atenuará de alguma forma as limitações referidas.

O relatório de auto-avaliação refere explicitamente que o curso segue o modelo de formação integrada, inscrito no ordenamento jurídico estabelecido pelo DL n° 344/89, de 18 de Outubro, e compreende as seguintes componentes:

- a) ciências da especialidade;
- b) ciências da educação;
- c) metodologia do ensino e da prática pedagógica;
- d) estágio pedagógico, no último ano do curso.

O plano de estudos revela-se equilibrado no que respeita às diferentes componentes e existe um perfil de desempenho docente invocado explicitamente como referencial.

A iniciação à prática profissional é assegurada no plano de estudos através das disciplinas de

- a) Análise em Contextos Educativos (1º ano; anual; 3h/semana; 1T+2TP);
- b) Pedagogia da Educação de Infância (2º ano; anual; 3h/semana; 2TP+3P);
- c) Intervenção em Situações Educativas I (3º ano, 5º semestre; 8h/semana; 2TP+6P);
- d) Intervenção em Situações Educativas II (3º ano, 6º semestre; 8h/semana; 2TP+6P);
- e) Intervenção em Situações Educativas III (4º ano, 7º semestre; 8h/semana; 2TP+6P);
- f) Estágio Pedagógico (4º ano; 8º semestre; 20h/semana, todas práticas).

Estes espaços de contacto com a prática profissional são progressivos e **contínuo** envolvem diferentes contextos como, por exemplo, creches, hospitais, centros de acolhimento, centros de animação cultural, promovendo assim a transversalidade da construção do educador de infância.

O relatório explicita de forma clara a existência da definição das competências a desenvolver na componente de prática pedagógica existente ao longo de todo o curso, o que é apreciado como um dos elementos mais favoráveis da licenciatura.

Ao serem entendidos todos os critérios como sendo favoráveis, com exceção do relativo à iniciação à profissão que é nuclear e foi considerado como muito favorável, situou-se este campo no nível de Muito Bom.

C 3 - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A avaliação dos conteúdos programáticos terá em conta *grupos de disciplinas*, em áreas definidas, a saber: 1) *Fundamentos das Ciências da Educação*; 2) *Ciências da Natureza e Matemática (Fundamentos e Didáticas)* 3) *Língua Portuguesa e Estudos Sociais*; 4) *Ciências da Educação: Metodologia/Pedagogia, Desenvolvimento Curricular*, 5) *Expressões Artísticas e Educação Física*; de acordo com os parâmetros: i) *relevância dos programas para a docência*; ii) *adequação das metodologias*; iii) *bibliografia*; iv) *congruência com o perfil geral*, com referência aos níveis de apreciação: MF (Muito Favorável), F (Favorável), Desfavorável (D).

➤No âmbito do primeiro grupo (1) especificado faz-se, de acordo com a análise desenvolvida, **uma avaliação global de Favorável**, consequência de uma apreciação:

- Muito Favorável: História da Pedagogia e Educação
- Favorável: Administração Escolar; Axiologia,; Desenvolvimento Pessoal e Social..
- Desfavorável: Psicologia do Desenvolvimento.

➤No âmbito do segundo grupo (2) especificado, foi considerada uma avaliação desfavorável nos Fundamentos das Ciências da Natureza (disciplinas de Ciências da Natureza – Botânica, Zoologia, Microbiologia, Geologia; Temas de Ciência da

Natureza) e por ausência total de elementos não foi possível proceder à avaliação da Didáctica Específica das Ciências da Natureza porquanto a apreciação global desta área é de Muito Desfavorável.

Na área da Matemática a apreciação global é de Muito Favorável.

Assim, este grupo foi apreciado como Favorável.

➤ No âmbito do terceiro grupo (3) especificado a análise efectuada situa a apreciação no nível de Favorável.

➤ No âmbito do quarto grupo (4) especificado faz-se, de acordo com a análise desenvolvida, uma apreciação global Muito Favorável. Este é o resultado consequente de uma avaliação favorável na disciplina de Intervenção em Situações Educativas e de muito favorável nas disciplinas de Pedagogia da Educação de Infância e Temas Aprofundados de Educação de Infância.

➤ Apesar da ausência de informação relativa às disciplinas de Educação Musical e Expressão Dramática, a análise das restantes disciplinas deste grupo foram consideradas como Muito Favoráveis, o que determinou para este uma apreciação de Muito favorável.

Em síntese, de acordo com a metodologia utilizada, e com referência aos dados disponíveis, no grupo disciplinar de *Ciências da Educação* (1), o nível de avaliação é de F; no grupo de *Ciências da Natureza e Matemática* (2), é de F; no grupo de *Língua Portuguesa e Estudos Sociais* (3) é F; no grupo de *Ciências da Educação: Metodologia/Pedagogia, Desenvolvimento Curricular* (4), é de MF; e no grupo disciplinar de *Expressões Artísticas e Educação Física* é de MF.

Assim, o nível final de avaliação no campo em causa, relativo à Avaliação dos *Conteúdos Programáticos*, situa-se no Bom.

C 4 - PROCESSO PEDAGÓGICO

Este campo de apreciação está subdividido em (C4.A) componente curricular e (C4.B) componente de iniciação à profissão.

C4.A - COMPONENTE CURRICULAR

Neste subcampo foram considerados seis parâmetros criteriosais: (1) organização do ensino, (2) métodos de ensino e avaliação, (3) coordenação científica, (4) coordenação pedagógica, (5) articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente, e (6) articulação do ensino com a investigação.

A Comissão de Avaliação Externa não conseguiu identificar critérios específicos para a distribuição de serviço docente, quer no Relatório de auto-avaliação, quer durante a visita.

Pelo contrário, com a interdepartamentalidade característica de um curso como é a licenciatura em educação de infância, a percepção que foi possível recolher é que a distribuição do serviço docente assenta porventura mais na disponibilidade e interesses de docentes dos diferentes departamentos do que em requisitos específicos do curso, situação que é apreciada desfavoravelmente.

O relatório de auto-avaliação enumera algumas preocupações subjacentes à elaboração dos horários, como sejam facilitar o estudo autónomo e a investigação, disponibilizar o maior tempo possível dos formandos nos contextos profissionais, equilibrar a distribuição da carga lectiva diária ao longo dos dias da semana e permitir aos estudantes deslocados a ida às suas residências de origem durante o fim de semana. No intuito de responder a tais preocupações, sempre que possível, utilizam como mecanismos a) aulas concentradas no período da tarde ou manhã, potenciando os momentos de contacto com os contextos; b) prática profissional, durante a manhã ou tarde, sem outra disciplinas; c) carga horária distribuída equilibradamente ao longo dos cinco dias; d) segundas-feiras de manhã e sextas-feiras à tarde sem aulas.

Contudo, a organização dos horários é fortemente condicionada pela dispersão e características dos espaços para a leccionação, o que em algumas situações penaliza os princípios enunciados, com o conseqüente prejuízo do processo pedagógico.

Em algumas situações a dimensão das turmas não está ajustada à capacidade dos espaços. Os responsáveis demonstraram estar despertos para a questão mas não se encontraram evidências da adopção de soluções satisfatórias.

A maioria das aulas ocorre no Palácio do Vimioso, com salas de dimensão reduzida e sem laboratórios adequados o que dificulta a articulação entre as aulas teóricas e as práticas e limita a natureza dos trabalhos a desenvolver.

A oferta das disciplinas de opção deve ser reequacionada de forma a existir uma efectiva oferta de disciplinas complementares à formação dos estudantes. Sublinhe-se que também a comissão de curso entende que (pg 99) “ seria desejável repensar o elenco das disciplinas optativas e os critérios do seu funcionamento”.

No que respeita aos métodos de ensino e avaliação, constatou-se a existência de um ambiente favorável à aprendizagem e uma adequação dos métodos de avaliação. Os trabalhos dos alunos estão organizados de forma a responder às necessidades formativas e os produtos daí resultantes, a que foi possível ter acesso, revelam-se pertinentes.

Apesar das dificuldades impostas pelas instalações, a estrutura curricular do curso e o formato de trabalho de algumas disciplinas permitem criar um ambiente razoavelmente favorável a uma atitude investigativa por parte dos alunos.

A coordenação científica do curso é efectuada pelo Conselho Científico da Universidade. Considerando o elevado número de cursos da Universidade de Évora, existe uma Comissão de Curso, que é um órgão daquele Conselho, e que foi regulamentado pela ordem de serviço nº 11/2000, a quem compete “ a) Elaborar estudos e pareceres sobre questões de organização, estrutura, conteúdo curricular e funcionamento dos respectivos cursos; b) Exercer as demais competências que o conselho científico entenda delegar-lhe.”

Como já referido, a Universidade de Évora dispende de diversos cursos, o seu Conselho Científico fica na dependência do funcionamento de um órgão que é apenas de consulta.

Esta fragilidade identificada pela comissão de avaliação externa, é reconhecida de forma implícita no relatório de auto-avaliação (pg 45) quando se afirma que a eficácia da coordenação científica do curso “depende, pois, inteiramente da dedicação e iniciativa do Director de Curso e do trabalho da Comissão de Curso”.

Considerando as características interdepartamentais do curso, a coordenação científica do curso revela-se ainda mais necessária de que noutros casos.

O formato existente atribuiu formalmente a coordenação científica a um órgão que pela sua dimensão não é suficientemente ágil e eficaz e “empurra”, na prática, para a comissão de curso a coordenação, a qual fica refém da sua falta de autoridade formal.

A Coordenação Pedagógica é assegurada pelo Conselho Pedagógico da Universidade, do qual faz parte o director do curso.

Funciona por secções especializadas, existe uma que trata exclusivamente dos assuntos relacionados com o curso e onde estão representados os estudantes, sendo, na prática, este o *locus* da coordenação pedagógica.

Foi possível verificar que os estudantes não participavam nas reuniões, situação que deve merecer cuidada atenção.

A percepção recolhida das diversas reuniões efectuada, revela que os mecanismos formais de coordenação pedagógica não funcionam, sendo a situação compensada pela acção interventiva dos responsáveis do curso.

Quanto à articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente, não foram referenciadas experiências ou projectos de acompanhamento dos recém licenciados

Estão referenciados 4 cursos de formação contínua financiados pelo PRODEP, não especificamente destinados à educação de infância, situação que se considera, portanto, incipiente.

A visita permitiu concluir que existe alguma colaboração com os Centros de Associação de Professores e alguns projectos de formação e intervenção no terreno, embora mais como consequência de iniciativas pessoais de alguns docentes do que de uma estratégia assumida institucionalmente.

No que respeita à articulação do ensino com a investigação, genericamente existe articulação entre a investigação produzida pelos docentes do curso e sua leccionação.

Existe preocupação em iniciar os alunos à investigação ao longo do curso. Esta preocupação é manifestada pelas metodologias de trabalho adoptadas em algumas disciplinas e que tem uma disciplina de síntese no 3º ano denominada “Métodos e Técnicas de Investigação em Educação”.

À componente curricular do processo pedagógico atribui-se o nível suficiente, uma vez que se considerou como desfavorável um dos parâmetros criteriais, no caso o referente à organização do ensino.

C4.B - INICIAÇÃO À PROFISSÃO

Neste segundo subcampo, a avaliação centrou-se nos seguintes seis parâmetros criteriais: (1) organização global da componente de prática pedagógica, (2) organização da prática pedagógica ao longo do curso, (3) organização da prática pedagógica final, (4) escolha, papel, formação e desempenho dos supervisores institucionais e (5) selecção e papel dos supervisores e dos contextos cooperantes.

Quanto à organização global da componente da prática pedagógica, entende-se que esta é efectuada com base em critérios adequados para uma iniciação à profissão com as características da educação de infância.

Destaca-se o suporte científico subjacente aos momentos de imersão nos contextos profissionais, a diversidade desse contextos e a progressividade e continuidade como está organizada.

Existe uma preocupação discursiva em manter o envolvimento dos diferentes agentes que participam nos estágios mas depois, na prática, isso nem sempre acontece. Embora a Universidade tenha estabelecido protocolos com os contextos, que os responsáveis do curso gostariam de ver substituídos por parcerias por forma a que o envolvimento fosse mais efectivo, surgiram indícios de algum distanciamento da universidade em relação aos cooperantes, o qual vai sendo atenuado pelo esforço dos supervisores institucionais.

As estratégias de avaliação das acções de iniciação à profissão estão claramente definidas e envolvem os seguintes instrumentos:

- a) cadernos de formação;
- b) *portfólios* de aprendizagem;
- c) dossier de intervenção em situação;
- d) regulação sustentada;
- e) guiões de intervenção em situações educativas.

A Prática Pedagógica está organizada ao longo do curso e é assegurada no plano de estudos através das disciplinas de

- a) Análise em Contextos Educativos (1º ano; anual; 3h/semana; 1T+2 TP);
- b) Pedagogia da Educação de Infância (2º ano; anual; 3h/semana; 2TP+3P);
- c) Intervenção em Situações Educativas I (3º ano, 5º semestre; 8h/semana; 2TP+6P);
- d) Intervenção em Situações Educativas II (3º ano, 6º semestre; 8h/semana; 2TP+6P);
- e) Intervenção em Situações Educativas III (4º ano, 7º semestre; 8h/semana; 2TP+6P);
- f) Estágio Pedagógico (4º ano; 8º semestre; 20h/semana, todas práticas).

Estes espaços de contacto com a prática profissional são progressivos e contínuos, e envolvem diferentes contextos, com por exemplo creches, hospitais, centros de acolhimento, centros de animação cultural, promovendo assim a transversalidade da construção de conhecimento por parte do educador de infância.

No que se refere à organização da Prática Pedagógica final do curso, os critérios são adequados para uma iniciação à profissão e estão balizados pelo Guião para Supervisão e Avaliação do Estágio Pedagógico.

Os alunos efectuam o estágio em jardins-de-infância protocolados com a Universidade de Évora, com horário integral durante um semestre, sendo o número de estagiários por sala adequado

Enquanto que o ratio supervisor cooperante/estagiário é adequado, o ratio supervisor institucional/estagiário é desadequado, revelando-se como um dos aspectos mais críticos da componente de iniciação à profissão.

A escolha dos supervisores institucionais foi efectuada com base em critérios adequados, e a sua qualificação, quer académica quer profissional, é ajustada ao desempenho supervisiivo.

Dos elementos recolhidos, conclui-se que o papel dos supervisores é claro, relevante e bem construído.

O esforço e tempo globais dedicados à supervisão é muito grande, mas revela-se em formato inadequado, em consequência do elevado ratio.

Não foram encontradas evidências da existência de dispositivos de avaliação do desempenho supervisão.

Apesar do tempo dedicado à supervisão, por parte dos supervisores cooperantes ser suficiente, no que se refere ao recrutamento, papel, formação e desempenho globalmente considerados a situação não é favorável.

Identificaram-se como principais constrangimentos os seguintes:

- a) não foram identificados critérios para a escolha dos supervisores cooperantes, prevalecendo a indicação dos contextos que se “oferecem” para receber estagiários;
- b) sendo relevante o papel desempenhado, o mesmo não está claramente definido e subsistem dúvidas sobre se é bem construído;
- c) não existem dispositivos de avaliação do desempenho supervisão;
- d) a qualificação, apesar de serem profissionais de educação de infância, não contempla a obrigatoriedade de formação especializada pertinente para o desempenho da função

Assim, no que respeita à componente de iniciação à profissão, para além do ratio supervisor institucional/estagiário, este é o aspecto mais crítico.

Os contextos cooperantes são institucionalmente diversificados. Esta é uma opção estratégica assumida pela instituição, que pretende assim ultrapassar na formação dos seus alunos o conceito restrito de formação em educação pré-escolar.

Para além dos jardins de infância, onde ocorre obrigatoriamente o estágio de final de curso, perfazendo 38 instituições/projectos, também estão envolvidas no processo formativo Creches, ATL, Ludotecas, Bibliotecas, Museus, serviços do Ministério da Educação, IPSS, Câmaras.

Tendo em conta a análise desenvolvida, a componente de iniciação à profissão foi considerada como muito favorável.

Assim ao campo de apreciação do processo pedagógico, quando globalmente considerado, foi situado no nível Bom.

D - INFRAESTRUTURAS E RECURSOS

Esta área de avaliação inclui três campos de apreciação: (1) pessoal não docente, (2) instalações e equipamentos e (3) ambiente académico.

D1 – RECURSOS HUMANOS NÃO DOCENTES

Não existe pessoal não docente afecto especificamente ao curso. O apoio é efectuado ou pelo pessoal dos departamentos envolvidos no curso ou por funcionários que trabalham em sectores referentes a toda a universidade. Globalmente, a situação é considerada suficiente.

Considerando que o curso tem uma maior participação do Departamento de Pedagogia e Educação, é a este que cabe a maior parte do apoio logístico ao curso. Pelos dados recolhidos durante a visita, o número de funcionários aqui diminuiu de 5 para 2, o que pode ser um número escasso face às funções que desempenham.

Já a biblioteca tem pessoal qualificado e não surgiram evidências de escassez de pessoal para fazer face às necessidades.

O pessoal especialista em informática é em número reduzido, o que pode ajudar a explicar algumas disfunções nos sistemas de informação da instituição.

Das reuniões efectuadas emergiram indícios de falta de alguma informação importante junto dos funcionários (ex: desconheciam o plano de transição entre planos de estudos), a necessidade de se implementar um plano de formação e alguns problemas referentes às carreiras do pessoal não docente.

Apesar das fragilidades apontadas, os aspectos positivos são suficientes para se considerar este campo como localizado no nível Bom.

D 2 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

As instalações para o desenvolvimento do curso estão dispersas por vários locais da cidade e quando globalmente consideradas, a situação é desfavorável.

Relativamente aos espaços de utilização mais indiferenciada como a biblioteca, os serviços de informática, os laboratórios TIC e os auditórios a situação é favorável.

Avaliação contrária merece a apreciação sobre as salas de aulas, que se consideram inadequadas em dimensão e formato para algumas das actividades.

Apesar da comissão ter visto alguns laboratórios, os indicadores recolhidos apontam para que os mesmos não são utilizados pelo curso (localização em edifício distante, outros docentes responsáveis), o que se nos permite, por um lado, considerar favorável a sua existência, por outro, leva-nos a considerar desfavorável o facto de não serem utilizados pelos alunos da licenciatura em educação de infância. A não existência de laboratórios para a didáctica das ciências e da matemática é uma situação muito penalizadora para o processo formativo dos alunos.

Quanto às oficinas de expressão artística, excluindo a de educação física (ginásio), a situação da educação musical, educação visual e educação dramática, é muito desfavorável.

Os gabinetes de docentes são espaços muito desadequados à função.

Como nota positiva fica a expectativa de mudança de instalações para um espaço que pode vir a melhorar a actual situação de precariedade das instalações onde ocorre a leccionação do curso.

Decorrendo das fragilidades apontadas, este campo foi situado no nível Insuficiente.

D 3 – RECURSOS FINANCEIROS

A comissão decidiu não avaliar este campo de apreciação pela impossibilidade de o fazer com o grau de rigor exigível.

D 4 - AMBIENTE ACADÉMICO

As bolsas de estudo são atribuídas segundo regras estabelecidas a nível nacional.

A universidade dispõe de 587 camas, tendo havido manifestações de satisfação por parte dos alunos relativamente às condições das residências.

Sobre os serviços de alimentação (cantinas e bares) não se recolheram indícios de desagrado e as instalações desportivas visitadas são adequadas.

Os alunos dispõem de apoio psicológico que decorre no centro de intervenção psicológica e os Serviços de Acção Social da Universidade de Évora mantêm um protocolo com uma clínica, assegurando consultas gratuitas de clínica geral, 3 vezes por semana, consultas de oftalmologia e obstetrícia, a preços reduzidos, emissão gratuita do

cartão de grupo sanguíneo e exames médicos gratuitos para os alunos que representem a Universidade em actividade desportivas.

A qualidade estética dos espaços é inquestionável, mas manifestam dificuldades ao nível da funcionalidade. A sua dispersão pela cidade origina dificuldades acrescidas na organização logística das actividades lectivas.

Os espaços de convívio são desajustados mas não se identificaram quaisquer problemas no que respeita ao asseio e limpeza das instalações.

Em síntese, este campo situa-se no nível Bom.

E - RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES

Nesta área de apreciação consideram-se dois campos: (1) relações externas e internacionalização e (2) empregabilidade.

E1 - RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Neste domínio, foram tidos em consideração os seguintes parâmetros criteriosos relativos a interacções com o exterior: (1) interacção com a comunidade profissional da educação de infância, (2) interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino ou (3) da investigação, (4) interacção com a comunidade local ou regional, (5) internacionalização da interacção no âmbito do ensino ou (6) da investigação.

Quanto à interacção com a comunidade profissional servida, a Universidade de Évora promove Cursos de Complemento de Formação, de Qualificação para o exercício de outras funções educativas, de formação pós-graduada e de acções de formação contínua.

Verifica-se a participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por Centros de Formação de Associação de Escolas e de Associação de Professores no terreno.

A interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino e com a comunidade académica no âmbito da investigação é considerada favorável.

Identificou-se a participação de docentes em programas de ensino e a existência de protocolos com diversas instituições. Assinale-se a vontade dos dirigentes do curso

em querer o aprofundamento dos protocolos no sentido de os tornar verdadeiras parcerias.

Os docentes do curso têm participado e organizado congressos e encontros científicos e têm participado em júris de provas e concursos noutras instituições.

Na mesma linha, alguns docentes do curso têm participado em encontros científicos internacionais e em projectos de investigação internacionais. No entanto, não foram fornecidos elementos que nos permitam afirmar que existe a participação de docentes em júris de doutoramento no estrangeiro.

A participação de estudantes e de docentes em programas de intercâmbios europeus é muito incipiente.

Apesar da necessidade de um maior incremento na internacionalização, tendo por base os critérios definidos, considera-se que este campo está situado no nível Bom

E 2 - EMPREGABILIDADE

Foram tidos em conta, como parâmetros criteriosais, 1) a taxa de emprego e 2) a adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional.

Pelos dados apresentados no relatório, verifica-se que a taxa de emprego dos diplomados é muito favorável.

Todos os indícios recolhidos na visita apontam no sentido da adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional.

Não foram identificadas estruturas e/ou mecanismos de apoio a educadores de infância e à inserção profissional dos diplomados. Contudo, verificou-se que os alunos mantêm uma rede informal de apoio na universidade, principalmente junto de antigos docentes, aos quais recorrem com alguma frequência.

Em síntese, considera-se este campo como situado no nível Muito Bom.

III. RECOMENDAÇÕES

Da avaliação desenvolvida ao curso de Licenciatura em Educação de Infância, da Universidade de Évora, cujo propósito é o de contribuir para a análise e reflexão interna, e induzir e/ou estimular, a partir da própria auto-avaliação, uma cultura de avaliação permanente da qualidade, em ordem à credibilização, racionalização e desenvolvimento do sistema, expressam-se de seguida algumas recomendações, cuja sequência não assume qualquer ordem de prioridades:

- Promoção de uma reflexão sobre as competências da Comissão de Curso, tendo em vista o reforço da sua capacidade de intervenção na integração horizontal e vertical do Curso e numa maior articulação entre as diversas áreas departamentais que participam no do curso;
- Necessidade de repensar o Plano de Estudos reduzindo a sua atomização evidenciada no número elevado de disciplinas a par da reduzida carga horária de algumas, bem como a oferta de disciplinas opcionais relevantes e respectiva localização;
- Promoção de uma maior articulação com a licenciatura em Ensino Básico – 1º Ciclo, com vista ao enriquecimento da formação dos Educadores de Infância;
- Desenvolvimento institucional de linhas e projectos de investigação em educação de infância;
- Reforço do grau de participação dos alunos nos órgãos da instituição e nos processos de auto-avaliação;
- Definição de critérios específicos para a distribuição do serviço docente, da dimensão das turmas e das disciplinas opcionais;
- Aumento do número de supervisores institucionais da prática pedagógica, definição de critérios para a escolha de supervisores cooperantes e a criação de dispositivos de avaliação do desempenho supervisiivo (por parte dos supervisores institucionais e cooperantes);
- Melhoria - ou criação - das condições das instalações, com particular destaque para as salas de aula, laboratórios para a didáctica das ciências e da matemática, oficinas de expressões, salas de convívio e estudo e gabinetes dos docentes;
- Incremento dos níveis de participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus;

- Implementação de um plano global de formação contínua, tendo em vista o reforço das competências profissionais dos educadores de infância, em particular dos supervisores cooperantes.

ANEXOS

ANEXO I

Nome: Maria Isabel Tavares Pinheiro Martins **Categoria:** Professora Associada, com Agregação em Educação

Instituição: Universidade de Aveiro
Tecnologia Educativa

Departamento: Didáctica e

Áreas de Interesse:

A: Educação em Ciências / Didáctica das Ciências **B:** Formação de Professores

C: Desenvolvimento Curricular **D:** Compreensão Pública da Ciência / Literacia Científica

Qualificações Académicas:

- Agregação em Educação, Universidade de Aveiro, 2004
- Doutoramento em Ciências da Educação (Didáctica das Ciências), Universidade de Aveiro, 1990
- Licenciatura em Química, Universidade de Coimbra, 1971.

Destaques de Actividade:

1: Docência na área de Didáctica/Educação em Ciências (Cursos de graduação e de pós-graduação) **2:** Direcção e participação em Projectos de Investigação **3:** Orientação de Dissertações/Teses de Mestrado e Doutoramento **4:** Coordenação da equipa de autores dos programas de Química do Ensino Secundário

Publicações e Comunicações (mais recentes)

Martins, I. P., Simões, M. O., Simões, T. S., Lopes, J. M., Costa, J. A., Ribeiro-Claro, P. (2005). Educação em Química e Ensino de Química – Perspectivas curriculares, Parte II. *Química. Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, 96, pp. 33-39.

Martins, I. P., Simões, M. O., Simões, T. S., Lopes, J. M., Costa, J. A., Ribeiro-Claro, P. (2004). Educação em Química e Ensino de Química – Perspectivas curriculares. *Química. Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, 95, pp. 42-45.

Martins, I. P. (2004). Alfabetizació científica. Una perspectiva cultural en la societat del coneixement. *Revista del Col.legi Oficial de Doctors i Llicenciats en Filosofia i Lletres i en Ciències de Catalunya*, Núm. 122, pp. 30-44.

Vieira, R. M., Martins, I. P. (2004). Impacte de um Programa de Formação com uma orientação CTS/PC nas Concepções e Práticas de Professores. Em I. P. Martins *et al* (Org.), *Perspectivas Ciência-Tecnologia-Sociedade na Inovação da Educação em Ciência* (pp. 47-55), Aveiro: Universidade de Aveiro (ISBN 972-789-126-8).

Neves, Z., Martins, I. P. (2004). Competências e atitudes de alunos do ensino secundário na resolução de questões de cariz CTS. Em I. P. Martins *et al* (Org.), *Perspectivas Ciência-Tecnologia-Sociedade na Inovação da Educação em Ciência* (pp. 247-251), Aveiro: Universidade de Aveiro (ISBN 972-789-126-8).

Silva, A. M., Gomes, D., Rocha, J. A., Rocha, A. I., Martins, I. P. (2004). As Fibras Têxteis: Recursos didácticos de orientação CTS para o 1º Ciclo do Ensino Básico. Em I. P. Martins *et al* (Org.), *Perspectivas Ciência-Tecnologia-Sociedade na Inovação da*

Educação em Ciência (pp. 257-261), Aveiro: Universidade de Aveiro (ISBN 972-789-126-8).

Teixeira, D., Martins, I. P. (2004). Sustentabilidade na Terra – Recursos didáticos CTS para a sua abordagem no âmbito do currículo de Química da escolaridade básica. Em I. P. Martins *et al* (Org.), *Perspectivas Ciência-Tecnologia-Sociedade na Inovação da Educação em Ciência* (pp. 291-294), Aveiro: Universidade de Aveiro (ISBN 972-789-126-8).

Martins, I. P. (2003). Formação Inicial de Professores de Física e Química sobre Tecnologia e suas relações Sócio-Científicas. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, **Vol2**, número especial (<http://www.saum.uvigo.es/reec/Vol2Numespecial.htm>)

Costa, J. A., Magalhães, M. C., Martins, I. P., Lopes, J. M., Simões, M. O., Simões, T. S. (2003). La Química en la educación secundaria: una perspectiva de cultura científica. *Alambique – Didáctica de las Ciencias Experimentales*, 36, pp. 68-75.

Martins, I. P. (2003). La química en l'ensenyament secundaria a Portugal: proposta curricular. *Primeres Jornades sobre l'Ensenyament de la Física i la Química a Secundària*. Barcelona: Col.legi Oficial de Doctors i Llicenciats en Filosofia i Lletres i en Ciències de Catalunya, Museo de la Ciencia, pp. 64-71.

Martins, I.P., Serrano, M.C. (2003). Profesores, Ciências e Conhecimento Científico. Em M. A. Quintanilla, J. Vega Encabo (Directores), *Actas Congreso Internacional “La Ciencia ante el Público: Cultura Humanista y Desarrollo Científico-Tecnológico”*, (Sección V, pp. 286-301), Universidad de Salamanca, 28-31 de Octubre de 2002 (ISBN 84-688-2676-6).

Martins, I. P. (2002). Aprender a llevar a cabo una investigación en los primeros años de escolaridad. *AULA de Innovación Educativa*, n.º 113-114, pp. 14-17.

Martins, I. P. (2002). Problemas e perspectivas sobre a integração CTS no sistema educativo português. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vol.1, número 1, artículo dos (<http://www.saum.uvigo.es/reec/Vol1Num1.htm>).

Martins, I. P. (2002). Das potencialidades da Educação em Ciências nos primeiros anos aos desafios da Educação Global. *Revista Portuguesa de Formação de Professores* – **Vol. 2** (http://www.inafop.pt/revista/docs/artigo_cinco_potencialidades_educacao_ciencias.html)

Martins, I. P. (2002). *Educação e Educação em Ciências*. Aveiro: Universidade de Aveiro (112 pp.) (ISBN: 972-789-074-1).

Martins, I. P., Veiga, L. (2001). Early Science Education: Exploring familiar contexts to improve the understanding of some basic scientific concepts. *European Early Childhood Education Research Journal*, Vol. 9, n.º 2, pp. 69-82.

Pedrosa, M. A., Martins, I. P. (2001). La Integración de CTS en el sistema educativo português. Em P. Membiela (ed.), *La enseñanza de las ciencias desde la perspectiva ciencia-tecnología-sociedad. Una aproximación a la formación para la ciudadanía*,

(Cap. 7) (pp. 107-119), Madrid: Narcea Ediciones, Colección Educación Hoy Estudios (ISBN: 84-277-1390-8)

Macedo, M. F., Fonseca, J., Conboy, J., Martins, I. P. (2001). Formação Contínua para a Mudança Conceptual de Professores de Biologia. *Revista de Educação*, Vol. X, n.º 1, pp. 61-73.

Martins, I. P., Dias, C. C., Silva, I. P. (2000). A Biologia no Ensino Secundário: Tendências Curriculares, Trabalho Laboratorial e Interesses dos Alunos. *Revista de Educação*, Vol. IX, n.º 1, pp. 169-185.

Martins, I. P., Alcântara, F. (2000). Intercompreensão na Educação formal e não-formal em Ciências – O desafio actual. *Intercompreensão – Revista de Didáctica das Línguas*, n.º 8, pp. 9-22.

Cachapuz, A., Praia, J., Paixão, F., Martins, I. P. (2000). Uma visão sobre o ensino das ciências no pós-mudança conceptual: Contributos para a formação de professores. *Inovação*, 13, 2-3, pp. 117-137.

Martins, I. P., Veiga, M. L. (1999). *Uma Análise do Currículo da Escolaridade Básica na Perspectiva da Educação em Ciências*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional (147 pp.) (ISBN 972-8353-76-6). (Edição electrónica em URL: <http://www.iie.min-edu.pt/biblioteca/>.)

Nome: Natércio Augusto Garção Afonso **Categoria:** Professor Auxiliar Convocado

Instituição: FPCE/Universidade de Lisboa **Departamento:** Ciências da Educação

Áreas de Interesse:

A: Administração Educacional

B: Política Educativa

C: Formação de Professores

D: Sociologia da Educação

Qualificações Académicas:

- **Doctor of Education (Ed.D.)**, Educational Leadership, Administration, na **Boston University, School of Education** (Estados Unidos da América), em Maio de **1993**. Foi concedida **equivalência ao grau de Doutor em Educação**, área de conhecimento em Organização e Administração Escolar, pela **Universidade do Minho**, em Outubro de **1994**.
- **Master of Education (Ed.M.)**, major Social Education, na **Boston University, School of Education** (Estados Unidos da América), em Janeiro de **1985**.
- **Licenciatura em História** na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em **1974**

Destaques de Actividade:

1:Presidente do Forum Português de Administração Educacional (desde 2000)

2:Inspector-Geral da Educação (1996/98)

3:Vice-Presidente do Instituto de Inovação Educacional (1994/95)

4:Presidente da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação de Portalegre (1985/90)

Publicações e Comunicações

Publicações recentes

Afonso, N. (2004). A globalização, o Estado e a escola pública. In *Administração Educacional*, 4, pp. 33-42.

Afonso, N. (2004a). L'émergence des espaces intermédiaires de régulation dans l'administration de l'éducation au Portugal : le cas des directions régionales de l'éducation. In *Recherches Sociologiques*, 2004/2 (pp.121-139)

Afonso, N. (2003). The situation in Portugal. In L. Watson (ed.) *Selecting and developing heads of schools; twenty-three European perspectives*. Sheffield (England): School of Education of Sheffield Hallam University for the European Forum on Educational Administration (pp. 195-214).

Afonso, N. (2003a) A Regulação da Educação na Europa: do Estado Educador ao Controlo Social da Escola Pública, In J. Barroso (org), *A Escola Pública, Regulação, Desregulação, Privatização*. Porto, Asa. (pp.49-48)

Afonso, N. e Canário, R. (2002) *Estudos sobre a situação da formação inicial de professores*. Porto: Inafop e Porto Editora.

Comunicações recentes

- "A reorganização do ensino superior em Portugal". III Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. Associação Nacional de Política e Administração da Educação do Brasil e Forum Português de Administração Educacional. Recife, Brasil, Novembro de 2003.
- "A globalização, o Estado e a provisão do serviço público de educação" ("Regulação da Educação e Economia: Organização, Financiamento e Gestão": Colóquio anual da AFIRSE, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, Novembro de 2003.
- "The School as a Learning Organization: a Professionally Based Strategy for School Improvement under Managerialist Education Policies" (Nuovi Apprendimenti; Ricerche, esperienze, interpretazioni: giornate di studio, Progetto NAPOA, Bergamo, Itália, Outubro de 2002).

Nome: Esperança do Rosário Jales Ribeiro. **Categoria:** Professora Coordenadora.

Instituição: Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

Departamento:Psicologia.

Áreas de Interesse:

A: Psicologia da Educação **B:** Pedagogia de Infância **C:** Formação de Professores

D: Avaliação

Qualificações Académicas:

Doutoramento em Psicologia da Educação pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho em 2001.

Mestrado em Ciências da Educação/Especialização em Psicologia da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra em 1991.

Licenciatura em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra em 1986.

Destaques de Actividade:

1: Vice-Presidente de Subcomissões de Avaliação Externa (Cursos de Professores do Ensino Básico – 1º Ciclo) no âmbito do Ensino Superior Politécnico Público e Privado (ADISPOR/APESP) em 2003 e 2004. **2:** Coordenação científica e pedagógica de cursos e exercício de cargos institucionais. **3:** Docência no Ensino Superior no domínio da Psicologia aplicada à Educação de Infância e Formação de Professores desde 1987. **4:** Arguência e orientação de teses de Mestrado.

Publicações e Comunicações

Ribeiro, E. (2004). Perspectiva(s) em torno do(s) conceitos de criança e suas implicações pedagógicas, *Revista Infância e Educação –Investigação e Práticas*, 6.

Ribeiro, E. (2001). Recensão crítica, *Revista Infância e Educação –Investigação e Práticas*, 3.

Ribeiro, E. (1999). Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, *Revista Millenium*, 9.

Ribeiro, E. (1998). Identidade Pessoal e dimensões da acção educativa no Jardim de Infância tendo como referência o Construcionismo Social, *Actas do X Colóquio de Psicologia da Educação – Educação Pré-Escolar: Modelos, Investigação e Práticas Educativas*. ISPA: Lisboa.

A presença feminina no desenvolvimento da criança. Comunicação realizada no Seminário organizado pela Pró-Ordem, em colaboração com o Sindicato do Ensino Superior e a Associação Nacional de Professores do Ensino Secundário, subordinado ao tema “A mulher, a escola, a família”, que decorreu no IPJ de Viseu em 2004.

Reflexão (auto e heteroscopia): Avaliação da prática pedagógica na Formação de Educadores. Comunicação incluída no Painel “Formação e Avaliação do Simpósio Internacional: Avaliação em Educação de Infância: Contextos, Processos e Produtos”, realizada em Viseu (Aula Magna do ISPV) em 2004.

Conceptualizações de Identidade e Construção de Práticas Educativas no Jardim de Infância. Comunicação realizada no III Encontro Internacional de Educação Inicial e Pré-Escolar que decorreu em Havana, Cuba em 2000.

Endereço: Esperança do Rosário Jales Ribeiro, Rua Nova da Balsa, Edifício Sogin II, 4º E, 3510-007 Viseu.

Esperança do Rosário Jales Ribeiro, Escola Superior de Educação de Viseu, Área Científica de Psicologia, Rua Maximiano Aragão, 3504-501 Viseu.

Nome: Álvaro Manuel da Silva Santos **Categoria:** Secretário Permanente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua

Áreas de Interesse:

A: Formação Contínua de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário

B: Administração Educacional

C: Avaliação

Qualificações Académicas:

Licenciatura em Ensino da Matemática

Parte Escolar do Mestrado em Administração Educacional

Destaques de Actividade:

1: Secretário Permanente do Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua

2: Secretário Relator e Secretário Administrativo de diversas comissões externas de avaliação institucional e de cursos, no âmbito do Ensino Politécnico

3: Membro do Grupo de Trabalho para o reconhecimento dos cursos de Mestrado e Doutoramento, para efeitos de bonificação do tempo de serviço dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

4: Membro do Grupo Coordenador dos Programas de Informação, Difusão e Formação em Tecnologias de Informação e Comunicação

5: Presidente da Assembleia Geral da (i) Santa Casa de Misericórdia de Vila Verde, dos (ii) Bombeiros Voluntários de Vila Verde e da (iii) Associação dos Antigos Estudantes da Universidade do Minho

6: Vereador da Câmara Municipal de Vila Verde

ANEXO II

**TERMOS DE REFERÊNCIA
DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

A – MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

A1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1. Integração do curso na Instituição. Estratégia de integração. Compreensão pelos dirigentes, pelos docentes e pelos funcionários da missão institucional.
2. Organização interna da instituição que facilite a inserção do curso e o seu desenvolvimento articulado com a missão institucional.
3. Organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico que facilite o desenvolvimento profissional e a transformação da profissionalidade neste âmbito.
4. Organização de formação graduada no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico que facilite a promoção de investigação e a transformação da profissionalidade neste âmbito.
5. Organização interna da investigação da instituição que facilite a produção de linhas, projectos e produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do do 1º ciclo do ensino básico.
6. Envolvimento dos órgãos da instituição e dos dirigentes e dos docentes do curso no desempenho da missão.
7. Grau e qualidade da participação dos alunos nos órgãos pedagógicos.

A2.GESTÃO DA QUALIDADE

1. Mecanismos adequados para a certificação profissional (especialmente para a certificação da aptidão individual para ensinar).
2. Prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais neste processo.
3. Avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências.

B – PESSOAL DOCENTE E PESSOAL DISCENTE

B.1. PESSOAL DOCENTE

1. Adequação do corpo docente para a docência na formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.
2. Qualificação do corpo docente.
3. Suficiência do corpo docente – ratio docente/discentes.
4. Motivação e formação do corpo docente.
5. Utilização adequada do corpo docente – adequação da distribuição do serviço docente à formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.
6. Investigação do corpo docente – relevância da investigação realizada para provas académicas para a docência na formação de professores em educação de infância e 1º ciclo do ensino básico.
7. Investigação do corpo docente – relevância para a docência dos projectos e produtos da investigação.

B.2. ALUNOS (PROCURA E SUCESSO)

1. Ingresso – média de ingresso.
2. Sucesso – percentagem de sucesso.
3. Processo e empenhamento.

C -CURRÍCULO E FORMAÇÃO

C.1. OBJECTIVOS DO CURSO

1. Definição explícita dos objectivos do curso.
2. Definição do perfil de desempenho docente na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico utilizado como referente da formação
3. Definição das competências docentes a promover no curso.

C.2 PLANO DE ESTUDOS

1. Tipo de plano de estudos – currículo mosaico versus currículo projecto.
2. Existência e adequação de mecanismos integradores no plano de estudos (seminários, projectos e outros).
3. Equilíbrio do plano de estudos nas suas diversas componentes.
4. Adequação dos mecanismos de iniciação à profissão.

C.3. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos das ciências da educação.
3. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da língua portuguesa e dos estudos sociais.
4. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da matemática e das ciências da natureza.
5. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos das expressões artísticas e da educação física.
6. Adequação e relevância dos conteúdos programáticos da prática pedagógica.

C.4. PROCESSO PEDAGÓGICO

DISCIPLINAS CURRICULARES

1. Adequação da organização do ensino.
2. Adequação da distribuição do serviço docente.
3. Adequação dos métodos de ensino e avaliação.
4. Adequação da coordenação científica.
5. Adequação da coordenação pedagógica.
6. Adequação da articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente.
7. Adequação da articulação do ensino com a investigação.

INICIAÇÃO À PROFISSÃO

8. Qualificação e adequação dos supervisores cooperantes – recrutamento e papel.
9. Qualificação e adequação dos supervisores cooperantes – formação e desempenho.
10. Adequação dos contextos cooperantes.
11. Qualificação e adequação dos supervisores institucionais – escolha, papel e formação.
12. Adequação da coordenação da Prática Pedagógica.

D – DIMENSÕES OPERACIONAIS

D1. PESSOAL NÃO DOCENTE

1. Estruturas administrativas de apoio ao curso; grau de satisfação.
2. Disponibilidades de pessoal técnico para o exercício de funções específicas utilizadas pelos alunos.
3. Diversidade e adequação das competências às características do curso.
4. Regime de prestação de serviço e sua adequação às necessidades do curso.
5. Rácios pessoais administrativos e técnico/pessoal docente.
6. Estratégia e dinâmica da formação do pessoal não docente.

D2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1. Disponibilidade de espaços comuns e espaços específicos necessários, e funcionais (salas de aula e de informática, laboratórios, oficinas, anfiteatros, salas de estudo e de reuniões, gabinetes, salas para trabalho em grupo).
2. Disponibilidade dos equipamentos e dos materiais necessários (em salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços de informática e comunicação...) e sua qualidade.
3. Índices de capacidade dos espaços relativamente ao número dos alunos que os utilizam.
4. Grau de acesso dos alunos aos equipamentos informáticos e outros; nível de interiorização da prática do recurso às tecnologias de informação e comunicação, como atitude pedagógica de acesso ao conhecimento.
5. Grau de utilização dos equipamentos.

D3. RECURSOS FINANCEIROS²

1. Recursos financeiros afectados ao curso (custos directos e indirectos), com discriminação entre "despesas de pessoal", "despesas de funcionamento" e "despesas de investimento".
2. Especificação das diversas fontes de financiamento.
3. Cálculo do indicador "custo aluno/ano".
4. Custo do "diplomado".
5. Recursos financeiros afectos pela instituição à iniciação à profissão, designadamente à componente de Prática Pedagógica.

D4 RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO³

1. Adequação da interacção com a comunidade profissional servida - oferta de formação acrescida e de formação pós-graduada para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico, organização de acções de formação contínua e encontros relevantes, participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por associações de professores ou por escolas, realização de projectos de investigação(-acção) com a participação de professores do terreno.
2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino – participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio ou em programas de ensino comuns de docentes.
3. Adequação da interacção com a comunidade académica no âmbito da investigação – participação em congressos e outros encontros científicos, participação em projectos de investigação interinstitucionais, participação em júris de provas e concursos noutras instituições, participação em sociedades/associações científicas.
4. Adequação da interacção com a comunidade local ou regional envolvente.
5. Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino – participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus.
6. Internacionalização da interacção com a comunidade académica – participação em encontros científicos internacionais, participação em projectos de investigação internacionais, participação em júris de doutoramento no estrangeiro, participação em sociedades/associações científicas de âmbito internacional, entre outros indicadores de internacionalização.

² Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

³ Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

13. AMBIENTE ACADÉMICO (APOIO SOCIAL)

1. Residências universitárias, sua adequação às solicitações; outras alternativas de alojamento. Cantinas universitárias - satisfação da procura.
2. Bolsas de Estudo.
3. Estruturas e instalações para actividades culturais e desportivas.
4. Apoio médico e psicológico.
5. Participação estudantil nas decisões que lhe dizem respeito.

14. EMPREGABILIDADE

1. Taxas de emprego de diplomados no ano da conclusão e nos anos seguintes^(**).
2. Adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional
3. Existência de apoio aos professores principiantes e à inserção profissional dos diplomados.
4. Existência de estruturas de empreendedorismo.

^(**)Período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

ANEXO III

AVALIAÇÃO EXTERNA
DOS CURSOS DE
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA
E ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO

GRELHA DE AVALIAÇÃO.

AVALIAÇÃO EXTERNA

DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E ENSINO BÁSICO DO 1º CICLO

GRELHA DE AVALIAÇÃO

1. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação

Na Grelha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Formação de Professores em Educação de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico, os catorze Campos de Apreciação aprovados pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) foram organizados em dois tipos de dimensões: as **Dimensões Substantivas** e as **Dimensões Operacionais ou Adjectivas**, cada uma das quais divididas em diferentes Áreas de Avaliação.

As Dimensões Substantivas incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *A) Missão Institucional e Organização, B) Docentes e Discentes, e C) Currículo e Formação.* As Dimensões Operacionais (Adjectivas) incluem as seguintes **Áreas de Avaliação**: *D) Infra-estruturas e Recursos e E) Relações com as Comunidades.*

Distribuídos pelas dimensões e áreas referidas, os catorze **Campos de Apreciação** definidos no âmbito deste processo de avaliação externa referem-se: à organização institucional (**A1**) e à gestão da qualidade (**A2**), na área da Missão Institucional e Organização; ao corpo docente (**B1**) e aos alunos (**B2**), na área dos Docentes e Discentes; aos objectivos do curso (**C1**), ao plano de estudos (**C2**), aos conteúdos programáticos (**C3**) e ao processo pedagógico (**C4**), na área do Currículo e Formação; ao pessoal não docente (**D1**), às instalações e equipamentos (**D2**), aos recursos financeiros (**D3**) e ao ambiente académico – apoio social (**D4**), na área das infra-estruturas e recursos; e às

relações externas e internacionalização **(E1)** e à empregabilidade **(E2)**, na área das relações com as comunidades.

Na página seguinte encontra-se um quadro sintetizando esta estrutura de avaliação.

**2. Dimensões de Avaliação, Áreas de Avaliação e Campos de Apreciação
– quadro síntese**

DIMENSÕES SUBSTANTIVAS	
ÁREA DE AVALIAÇÃO A MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO	
A.1.	Organização Institucional
A.2.	Gestão da Qualidade
ÁREA DE AVALIAÇÃO B DOCENTES E DISCENTES	
B1.	Corpo docente
B.1.	Alunos (Procura, Sucesso Escolar)
ÁREA DE AVALIAÇÃO C – CURRÍCULO E FORMAÇÃO	
C.1.	Objectivos do curso
C.2.	Plano de Estudos
C.3.	Conteúdos Programáticos
C.4.	Processo Pedagógico
a. C.4	Processo Pedagógico – componente curricular
b. C.4	Processo Pedagógico - componente de iniciação à profissão

DIMENSÕES OPERACIONAIS (ADJECTIVAS)	
ÁREA DE AVALIAÇÃO D INFRAESTRUTURAS E RECURSOS	
D.1.	Pessoal não docente
D.2.	Instalações e Equipamentos
D.3.	Recursos Financeiros

D.4.	Ambiente académico (Apoio Social)
ÁREA DE AVALIAÇÃO E – RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES	
E.1.	Relações Externas e Internacionalização
E.2.	Empregabilidade

3. Parâmetros Criteriais e Indicadores de Apreciação dos Campos de Apreciação

Para cada um dos campos de apreciação foram estabelecidos **parâmetros criteriosais** (o número de parâmetros criteriosais utilizados nesta avaliação ascendeu aos 89), para cada um dos quais foram identificados **indicadores de apreciação** (o número de indicadores utilizado foi superior às duas centenas).

Foram, ainda, definidos, para cada campo de apreciação, **parâmetros criteriosais nucleares**, que funcionaram como organizadores da interacção entre todos os parâmetros implicados num mesmo campo de apreciação, tendo em vista a melhor fundamentação, caso a caso, das apreciações efectuadas com base nos respectivos indicadores.

As apreciações descritivas da situação do Curso face aos indicadores visados na avaliação foram efectuadas com base numa escala gradativa, cujos níveis qualitativos apresentavam um número variável de categorias, de modo a ajustar, à natureza de cada parâmetro criterial, os conteúdos, necessariamente diferenciados, dos respectivos indicadores. Assim, apesar de a divisão da escala em quatro níveis qualitativos ser a dominante na **grelha de avaliação dos parâmetros criteriosais** (Muito Favorável; Favorável; Desfavorável e Muito Desfavorável), na avaliação de alguns foi usada uma escala dicotómica traduzida apenas nos níveis de Favorável e Desfavorável.

4. Classificação dos Campos de Apreciação

Os diferentes campos de apreciação foram objecto de **classificação**, segundo os níveis da escala qualitativa incluída no Aditamento 1 ao Guião de Avaliação Externa (GAE) aprovado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). A atribuição dos níveis de *Excelente (A)*, *Muito Bom (B)*, *Bom (C)*, *Suficiente (D)* e *Insuficiente (E)* previstos no referido aditamento tem por base um referencial estabelecido para os diferentes campos de apreciação.

A atribuição da classificação de cada Campo de Apreciação tem como referencial os **parâmetros criteriosais**, tendo em atenção especialmente os nucleares. Estes **parâmetros criteriosais nucleares** funcionam como organizadores da interacção entre todos os critérios de cada dimensão, de modo a permitir a fundamentação de cada decisão caso a caso.

Os critérios que permitem atribuir uma classificação a partir da apreciação dos diversos parâmetros criteriosais são os seguintes:

A – Excelente:

Todos os parâmetros criteriosais nucleares muito favoráveis e nenhum parâmetro criterial desfavorável.

B – Muito Bom:

Todos os parâmetros criteriosais nucleares favoráveis e, pelo menos, um parâmetro criterial nuclear muito favorável.

C - Bom:

Nenhum dos parâmetros criteriosais nucleares desfavorável.

D – Suficiente:

Apenas um parâmetro criterial nuclear desfavorável.

E – Insuficiente:

Dois ou mais parâmetros criteriosais nucleares desfavoráveis.

DIMENSÕES

SUBSTANTIVAS

ÁREA DE AVALIAÇÃO A MISSÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZAÇÃO

A1. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1 *Integração do curso na Instituição. Estratégia de integração.*

- ✓ há documentos prévios definidores da importância e do papel do curso na *missão* e na *visão estratégica* da instituição?
- ✓ a *missão* e a *visão estratégica* são referidas no relatório da auto-avaliação?
- ✓ a *missão* e a *visão estratégica* são referidas espontaneamente no decurso da visita?

2 *Organização interna da instituição que facilite uma inserção e desenvolvimento do curso articulados com a missão institucional*

- ✓ há unidades orgânicas (*áreas disciplinares, grupos disciplinares, departamentos, escola*) vocacionadas para o desenvolvimento destes cursos?
- ✓ houve tensões ou conflitos na inserção orgânica destes cursos na universidade?
- ✓ que mecanismos há, para além das estruturas, que facilitem essa inserção?

3 *Organização de formação acrescida no âmbito da educação de infância e do ensino primário que facilite o desenvolvimento profissional e a transformação da profissionalidade neste âmbito*

- ✓ a instituição tem cursos de complemento e de especialização que sirvam a comunidade profissional de educação de infância e do 1º ciclo?
- ✓ a instituição tem formação graduada (especializações, mestrado, curso de doutoramento) a que educadores de infância e professores do 1º ciclo tenham acesso e que frequentem regularmente ?

- ✓ a instituição tem formação graduada no âmbito da educação de infância e do 1º ciclo (isto é, cujo conteúdo sejam as problemáticas da educação de infância e do 1º ciclo do ensino básico)

4 Organização interna da investigação da instituição que facilite a produção de linhas, projectos e produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário

- ✓ a instituição tem linhas e projectos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário? (quer nas áreas de ciências da educação quer nas áreas da especialidade)?
- ✓ a instituição tem produtos de investigação no âmbito da educação de infância e do ensino primário (quer nas áreas das ciências da educação quer nas áreas da especialidade)?
- ✓ que percentagem dos docentes do curso têm realizado provas académicas em temáticas deste âmbito?

5 Envolvimento dos órgãos da instituição e dos dirigentes e dos docentes do curso no desempenho da missão

- ✓ há referências espontâneas à missão e visão no discurso dos dirigentes?
- ✓ há referências espontâneas à missão e visão no discurso dos docentes?
- ✓ há outros indicadores de interiorização da missão?

6 Participação dos alunos nos órgãos pedagógicos

- ✓ qual o tipo de presença e participação dos alunos nos órgãos pedagógicos?
- ✓ qual a participação dos alunos na visita de avaliação externa
- ✓ que nos revelam os resultados do inquérito aos alunos?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3 e 4

A2.GESTÃO DA QUALIDADE

A temática da gestão da qualidade será centrada na análise dos seguintes aspectos.

1. Certificação profissional - certificação da aptidão individual para ensinar

No nosso ordenamento jurídico as instituições concedem quatro certificações numa só

- ✓ *habilitação académica* – licenciado
- ✓ *habilitação profissional* – licenciado em ensino
- ✓ *certificação profissional* – licença para ensinar, certificado de aptidão individual
- ✓ *classificação profissional* – classificação que afecta directamente (sem ponderação nem regulação) a empregabilidade do professor iniciante

2. Em fase disto deverá avaliar-se se

- ✓ a instituição consciencializou a dimensão de certificação da aptidão individual para o ensino, isto é, da concessão a cada aluno, no fim do curso, de um certificado de aptidão individual para ensinar?
- ✓ existem mecanismos escritos ou assumidos explicitamente (na instituição, no conselho pedagógico, na direcção de curso, na equipa de Prática Pedagógica ou apenas na equipa de estágio) para o controlo individual desta certificação?
- ✓ não existindo mecanismos escritos ou assumidos explicitamente, existem casos concretos, nos últimos cinco anos, de reprovação ou prolongamento do estágio que indiciem algumas práticas de controlo?
- ✓ há mecanismos de detecção precoce no curso da inaptidão individual para o ensino?

2 Certificação profissional – classificação profissional

- ✓ a instituição consciencializou o impacto da classificação profissional na empregabilidade dos professores que forma?

3 Prática sistemática de actividades de auto-avaliação e grau de intervenção dos órgãos institucionais neste processo

- ✓ há mecanismos de avaliação sistemática de adequação da formação ministrada pela instituição?
- ✓ há evidência escrita dessas práticas sistemáticas de auto-avaliação
- ✓ há devolução da informação aos interessados?
- ✓ que implicação têm essas práticas de auto-avaliação?

4 Avaliação do ensino pelos alunos e suas consequências

- ✓ há avaliação regular do ensino pelos alunos ?
- ✓ há divulgação dos resultados dessa avaliação ?
- ✓ que impacto têm tido na melhoria do ensino ?
- ✓ que impacto têm tido na resolução de casos concretos de docentes sistematicamente menos bem avaliados pelos alunos ?

5 Avaliação da incorporação do contributo da avaliação anterior para a melhoria do curso em avaliação

- ✓ há evidência de contributos significativos da avaliação anterior (do curso de bacharelato) terem sido integrados na construção do curso de licenciatura contributos?

6 Avaliação do relatório de auto-avaliação

- ✓ o RAA segue o referencial sugerido pelo guião?
- ✓ os dados apresentados são suficientes e fiáveis?
- ✓ o RAA revela capacidade de análise?
- ✓ o RAA revela capacidade de síntese?
- ✓ as conclusões são abrangentes e coerentes com os dados?
- ✓ as conclusões revelam sentido crítico?
- ✓ o RAA foi discutido pelos órgãos e pela comunidade académica?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3, 4 e 5

ÁREA DE AVALIAÇÃO B - DOCENTES E DISCENTES

B.1. PESSOAL DOCENTE

O enquadramento conceptual desta avaliação é a dimensão academizante versus profissionalizante do recrutamento, formação, estruturação das carreiras, produção de conhecimento do pessoal docente dos cursos. Assim, a adequação do corpo docente será baseada na *formação académica de base* e no *desenvolvimento científico e profissional* conforme indiciado pela docência universitária, pela investigação para provas académicas, pela investigação produzida no âmbito de projectos e através da orientação de provas académicas, pela sua tradução em publicações, pela experiência de docência no ensino básico ou no secundário, pela experiência de docência nas escolas dos níveis de ensino para que está a formar.

1. Adequação do corpo docente

- ✓ O pessoal docente tem formação académica de base adequada?
- ✓ Há uma adequada percentagem de pessoal docente com desenvolvimento científico e profissional indiciado pela docência, por publicações e percurso na área?
- ✓ Há uma adequada percentagem de pessoal docente com experiência de docência no terreno ou com contactos evidenciados com a comunidade profissional servida

2. Qualificação do corpo docente

Há uma adequada percentagem de docentes do curso que têm o grau de douto? Mais de 50%?, mais de 40%?, menos de 40%?, menos de 30%?r

3. Suficiência do corpo docente – ratio docente/discentes

O indicador prescrito no sistema para os cursos de formação de professores é de 1 docente para 12 discentes.

Este parâmetro criterial não chegou a ser avaliado, por falta de dados fiáveis.

4. Formação do corpo docente - adequação da investigação realizada para provas académicas

A mais valia identitária da universidade é a sua contribuição para a produção de conhecimento nas áreas que a estruturam; por isso, é vital que as carreiras docentes, sobretudo as das áreas centrais e específicas dos cursos, se organizem ao redor das problemáticas profissionais. Assim, este parâmetro é importante para avaliar a integração orgânica dos cursos na universidade.

Essa formação adequada é indiciada pela relevância das provas acadêmicas dos docentes investigadores (provas de aptidão, mestrado, doutoramento, agregação) para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente. Está em causa a avaliação da estruturação das carreiras docentes.

5. Utilização adequada do corpo docente – adequação da distribuição do serviço docente

Este indicador destina-se sobretudo a avaliar a adequação da distribuição do serviço docente nas diversas áreas do curso, isto é, a utilização relevante de docentes que indiquem compreensão das dimensões profissionais da formação inicial de professores.

6. Investigação do corpo docente – relevância para a docência dos projectos e produtos da investigação

Este indicador destina-se sobretudo a avaliar a relevância da investigação dos docentes investigadores para a compreensão das temáticas profissionais e das dimensões profissionais do desempenho docente. Trata-se aqui de avaliar o contributo da universidade para a produção de conhecimento na área.

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 4 e 6

B.2. ALUNOS (PROCURA E SUCESSO)

1. Ingresso

Avalia-se se a média de ingresso dos alunos do curso se situa acima, abaixo ou na média nacional de ingresso aos cursos universitários de formação de educadores de infância ou de professores do 1º ciclo do ensino básico.

2. Sucesso

Analisa-se a percentagem de sucesso no curso iniciada pela taxa dos que concluem o curso em quatro anos

3 Empenhamento dos alunos

São utilizados os seguintes indicadores

- ✓ Assiduidade
- ✓ Participação em trabalhos teóricos-práticos e práticos
- ✓ Nível de participação nas aulas
- ✓ Interações em situações de prática pedagógica
- ✓ Participação em actividades comunitárias

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

ÁREA DE AVALIAÇÃO C - CURRÍCULO E FORMAÇÃO

Juntam-se nesta Área de Avaliação de Currículo e Formação os aspectos mais substantivos do curso - os relativos aos objectivos do curso, ao plano de estudos, aos conteúdos programáticos currículo e ao processo pedagógico (quer no que diz respeito à componente curricular disciplinar quer no que concerne a componente de iniciação à profissão).

C.1. OBJECTIVOS DO CURSO

1. Definição explícita e adequada dos objectivos do curso

- ✓ existe em documentos prévios à avaliação uma definição explícita e cuidadosa dos objectivos gerais e específicos do curso?
- ✓ os objectivos estão adequadamente formulados no RAA?

2. Perfil de desempenho docente

- ✓ são invocados os perfis de desempenho docente em vigor (perfil geral e perfil específico), perfis elaborados pelo INAFOP e aprovados pelo Governo??
- ✓ existe um perfil de desempenho contextualizado (ou mais detalhado) construído pela instituição e invocado explicitamente como referencial?

3. Competências docentes a promover

- ✓ existe uma definição explícita das competências docentes a promover nas disciplinas das diferentes áreas

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2

C.2 PLANO DE ESTUDOS

Como **referentes legais** para a avaliação do plano de estudos devem considerar-se o ordenamento jurídico da formação de professores e os perfis de desempenho docente em vigor (elaborados pelo INAFOP e aprovados pelo Governo).

Como **referente conceptual** para a avaliação do plano de estudos deve considerar-se a contraposição entre um “currículo-mosaico” e um “currículo-projecto”. Isto remete-nos para a problemática do academismo versus profissionalismo numa formação que confere uma titulação profissional.

1. Congruência do plano de estudos com os objectivos

- ✓ Existem documentos prévios que fundamentam substantivamente o plano de estudos?
- ✓ O plano de estudos revela congruência com os objectivos definidos?

2. Tendências academistas versus tendências profissionais no currículo - currículo mosaico versus currículo projecto

- ✓ O plano de estudos baseia-se prevalentemente na compartimentação disciplinar ou tem mecanismos indicadores de um currículo projecto – seminários, projectos e outros?
- ✓ O plano de estudos tem mecanismos formais para a integração curricular horizontal e vertical?

3. Carga discente

São utilizados os seguintes indicadores:

- ✓ número de disciplinas por semestre e por ano
- ✓ carga horária semanal
- ✓ quantidade de trabalhos produzidos pelos alunos para as diferentes disciplinas

4. Natureza da interacção entre os dois cursos

- ✓ que mecanismos de concepção curricular existem nos planos de estudos da licenciatura em educação de infância ou da licenciatura em ensino básico do 1º ciclo para garantir a formação de um professor de crianças, de um professo generalista?
- ✓ que mecanismos de concepção curricular existem nos planos de estudos da licenciatura em educação de infância ou da licenciatura em ensino básico do 1º ciclo para garantir a especificidade da formação?

5. Relação com os referentes normativos em vigor

- ✓ tendo em conta os referente legais o plano de estudos é equilibrado em termos das diferentes componentes?
- ✓ são invocados explicitamente como referencial os perfis de desempenho docente em vigor?

6. Iniciação à profissão

- ✓ existem no plano de estudos mecanismos adequados para a iniciação à profissão?
- ✓ existe uma definição explícita das competências docentes a promover?
- ✓ a componente de Prática Pedagógica existe ao longo de todo o curso?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3 e 6

C.3. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Os conteúdos programáticos das diversas áreas são avaliados pela sua adequação a uma formação profissional para a docência no respectivo nível educativo.

Os **referentes legais** para esta avaliação são os perfis de desempenho docente em vigor (geral e específico) e as orientações curriculares para a educação pré-escolar ou o currículo e programas para o 1º ciclo do ensino básico.

Os **referentes metodológicos** para esta avaliação são:

- ✓ a relevância dos programas para a docência no nível de educação respectivo,
- ✓ a adequação das metodologias de ensino e de avaliação,
- ✓ a relevância da bibliografia (bibliografia seleccionada, actualizada e relevante),
- ✓ a congruência entre objectivos, conteúdos e métodos

Para permitir uma análise mais específica de cada programa, estes foram sujeitos a dois tipos de avaliação – a avaliação pela subcomissão respectiva e a avaliação pelos cinco grupos de trabalho criados para o efeito, um para cada um dos seguintes cinco grandes grupos de disciplinas. Estes grupos fizeram uma apreciação transversal dos programas de todos os cursos na sua área disciplinar, permitindo assim uma maior aferição de critérios.

Assim, os **parâmetros criteriosais** deste campo de apreciação são os seguintes:

1. **Ciências da Educação - Fundamentos**
2. **Ciências da Natureza e Matemática**
3. **Língua Portuguesa e Estudo do Meio**
4. **Expressões Artísticas e Educação Física**
5. **Currículo e Prática Pedagógica**

A classificação deste campo de apreciação é obtida a partir das apreciações dadas a cada um destes cinco parâmetros criteriosais

Todos os Parâmetros Criteriais são considerados nucleares

C.4. PROCESSO PEDAGÓGICO

O Campo de Apreciação do Processo Pedagógico subdividir-se-á em dois subcampos – um centrado na avaliação da Componente Curricular do curso e outro na avaliação da Componente de Iniciação à Profissão que assume a forma de Prática Pedagógica.

SUBCAMPO C.4.a. COMPONENTE CURRICULAR

1. Organização do ensino

Existem critérios específicos e adequados para:

- ✓ a distribuição do serviço docente?
- ✓ a organização do horário?
- ✓ a definição da dimensão das turmas?
- ✓ a articulação entre aulas teóricas e práticas?
- ✓ a dimensão e características das salas de aula e outros espaços docentes
- ✓ o formato de oferta das disciplinas opcionais?

2. Métodos de ensino e avaliação

- ✓ há um ambiente favorável à aprendizagem?
- ✓ há adequação dos métodos de ensino e aprendizagem (estimuladores da aplicação profissional, do pensamento crítico e da reflexão, da auto-formação)?
- ✓ há adequação dos métodos de avaliação utilizados?
- ✓ há articulação entre aulas teóricas e práticas?
- ✓ há adequação dos produtos discentes - do trabalho dos alunos?
- ✓ há um ambiente favorável à uma atitude investigativa por parte dos alunos?

3. Coordenação científica

- ✓ existe um locus definido e adequado para a coordenação científica do curso?
- ✓ os programas das disciplinas do curso são aprovados num órgão?
- ✓ os mecanismos da coordenação científica do curso são adequados?

4 Coordenação pedagógica

- ✓ existe um locus definido e adequado para a coordenação pedagógica do curso?
- ✓ os mecanismos de coordenação pedagógica do curso são adequados?

5. Articulação da formação inicial com o desenvolvimento profissional permanente

- ✓ existem experiências ou projectos de acompanhamento dos recém diplomados?
- ✓ há organização de acções de formação contínua?
- ✓ há colaboração ou parcerias com centros de formação de associação de escolas ou de associação de professores?
- ✓ há experiências de projectos de formação e intervenção no terreno?
- ✓ há evidência de desenvolvimento profissional de educadores de infância e professores do ensino básico através desses projectos de formação e intervenção no terreno?
- ✓ há evidência de desenvolvimento profissional de professores universitários através de projectos de formação e intervenção?

6. Articulação do ensino com a investigação

- ✓ há interacção entre a investigação produzida pelos docentes do curso e a sua docência?
- ✓ há iniciação dos alunos a perspectivas de investigação ao longo do curso?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 2 e 5

SUBCAMPO C.4.b.
COMPONENTE DE INICIAÇÃO À PROFISSÃO

Na economia desta Grelha de Avaliação a Componente de Iniciação à Profissão é analisada em vários Campos de Apreciação, conforme o quadro seguinte ilustra.

CAMPO DE APRECIÇÃO		PARÂMETROS CRITERIAIS
A 2	Gestão da Qualidade	1- Certificação profissional - certificação da aptidão individual para ensinar
C1	Objectivos do Curso	2- Perfil de desempenho docente na educação de infância e no 1º ciclo do ensino básico 3- Competências docentes a promover
C2	Plano de Estudos	6- Iniciação à Profissão
C3	Conteúdos Programáticos	5- Currículo e Prática Pedagógica
C4a	Processo Pedagógico Componente Curricular	5 – Articulação da formação inicial com o desenvolvimento
C4b	Processo Pedagógico Componente de Iniciação à Profissão	Todos os cinco parâmetros, respeitantes exclusivamente à Organização da Prática Pedagógica
E 1	Relações Externas e Internacionalização	2. Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino 5- Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

Neste Subcampo de Apreciação C.4. b esta Componente de Iniciação à Profissão é considerada especificamente na sua forma de Prática Pedagógica.

A Prática Pedagógica é a componente intencional e assumida de formação prática dos professores e representa uma iniciação gradual à profissão – aos contextos e instituições, aos valores e regras, às normas e hábitos, às práticas.

A Prática Pedagógica exige uma ruptura epistemológica na relação com os saberes – os saberes não podem já ser vistos na perspectiva de alunos das disciplinas curriculares, como conhecimentos com valor em si mesmos, mas como recursos mobilizáveis para a acção docente, quando e se for útil.

Como componente autónoma da formação profissional, a prática pedagógica inicia-se nos primeiros anos e prolonga-se ao longo do curso. Há, neste processo, duas situações distintas – a Prática Pedagógica Inicial e a Prática Pedagógica Final (estágio).

A Prática Pedagógica Inicial geralmente desenvolve-se de modo gradual baseado na passagem dos contextos comunitários e organizacionais para o contexto da sala de aula, permitindo e incentivando a ruptura epistemológica referida. Faz parte desta iniciação profissional saber transformar os conhecimentos curriculares em conhecimentos profissionais susceptíveis de serem mobilizados para a acção quotidiana. Daí que a Prática Pedagógica Inicial não se confunda com a componente prática das disciplinas curriculares.

A Prática Pedagógica Final - estágio - é a fase de prática docente acompanhada, orientada e reflectida, que serve para proporcionar ao futuro professor uma prática de desempenho docente global em contexto real que permita desenvolver as competências e atitudes necessárias para um desempenho consciente, responsável e eficaz.

Mas este estágio, porque se baseia numa actuação mais autónoma, serve igualmente para avaliar as capacidades práticas de desempenho docente dos estudantes na fase terminal do curso, capacidades nunca apreciadas em plena acção e, assim determinar da sua (in)aptidão profissional individual para o desempenho de profissão docente.

É por isso que há uma diferença qualitativa entre a Prática Pedagógica Inicial e a Prática Pedagógica Final, pois esta última concretiza a responsabilidade social e moral da instituição de formação na certificação dos

professores. É esta que transforma as instituições de formação em instituições de certificação de professores. Daí a importância central que este subcampo de apreciação concede à Prática Pedagógica Final, dedicando-lhe três dos cinco parâmetros criteriais.

1. Organização global da componente de Prática Pedagógica

- ✓ os critérios de organização global da componente de Prática Pedagógica são adequados para uma iniciação à profissão?

2. Prática Pedagógica ao longo do curso

- ✓ os critérios de organização da Prática Pedagógica ao longo do curso adequados para uma iniciação à profissão?

3. Prática Pedagógica Final (estágio)

- ✓ os critérios de organização da Prática Pedagógica Final (estágio) são adequados para uma iniciação à profissão?
- ✓ o número de estagiário por sala é adequado?
- ✓ o ratio supervisor institucional/ estagiários é adequado?
- ✓ o ratio supervisor cooperante/estagiários é adequado?

4 Supervisores institucionais – escolha, papel, formação e desempenho

- ✓ o critério de escolha dos supervisores institucionais é adequado?
- ✓ a qualificação dos supervisores institucionais para o desempenho superviso é adequada?
- ✓ o papel dos supervisores institucionais é claro, relevante e bem construído?
- ✓ o tempo semanal dedicado pelos supervisores institucionais à supervisão é adequado?
- ✓ existem dispositivos (explícitos ou implícitos) de avaliação do seu desempenho superviso?

5 Supervisores cooperantes e contextos cooperantes

- ✓ Qual o critério prioritário da instituição – o recrutamento dos supervisores cooperantes ou a escolha dos contextos cooperantes?

Supervisores cooperantes

- ✓ existe um critério definido para o recrutamento dos supervisores cooperantes?
- ✓ esse critério de escolha dos supervisores cooperantes é adequado?
- ✓ a qualificação dos supervisores cooperantes para o desempenho supervisivo é adequada?
- ✓ o papel dos supervisores cooperantes é claro, relevante e bem construído?
- ✓ o tempo semanal dedicado pelos supervisores cooperantes à supervisão é adequado?
- ✓ existem dispositivos (explícitos ou implícitos) de avaliação do seu desempenho supervisivo?

Contextos cooperantes

- ✓ existe um critério definido para a selecção dos contextos cooperantes?
- ✓ esse critério definido para a selecção dos contextos cooperantes é adequado para a escolha de contextos ecologicamente relevantes para a formação?

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3, 4 e 5

C.4. CLASSIFICAÇÃO GLOBAL DO CAMPO DE APRECIÇÃO PROCESSO PEDAGÓGICO

- A classificação deste campo de apreciação, como um todo, faz-se pela média das classificações em cada Subcampo de apreciação
- Em caso desta média significar um nível intermédio (1,5; 2,5;3,5, 4,5) prevalece a classificação do Subcampo da Componente de Iniciação à Profissão

DIMENSÕES
OPERACIONAIS
(ADJECTIVAS)

ÁREA DE AVALIAÇÃO D - INFRAESTRUTURAS E RECURSOS

D.1. PESSOAL NÃO DOCENTE

Este campo de apreciação relativo à Avaliação do Pessoal Não Docente (D1) não visa produzir um juízo avaliativo sobre o desempenho do pessoal administrativo, técnico e auxiliar da instituição relacionado como curso, mas antes avaliar a suficiência, a qualificação, a formação e a disponibilidade para os alunos dos recursos humanos nos diversos serviços que com estes contactam. Destes critérios foi considerado nuclear a suficiência, significando que a insuficiência de recursos humanos é sempre apreciada desfavoravelmente, mesmo que o desempenho do pessoal não docente existente seja considerado óptimo.

Para cada serviço relevante será analisada a adequação do pessoal não docente em relação a:

- ✓ suficiência (existência de pessoal próprio e em quantidade suficiente para um adequado funcionamento, regime de prestação de serviço e sua adequação às necessidades do curso)
- ✓ qualificação,
- ✓ formação,
- ✓ disponibilidade para os alunos.

São considerados serviços relevantes para esta análise, constituindo-se em **parâmetros criteriosais** os seguintes:

- 1. Serviços académicos ou serviços administrativos de apoio aos cursos**
- 2. Serviço de apoio às aulas**
- 3. Biblioteca**
- 4. Serviços de informática para os alunos**
- 5. Laboratórios (TIC / Tecnologia Educativa, Ciências da Natureza)**
- 6. Oficinas de Expressão Artística e Motora (Educação Musical, Educação Visual e Educação Dramática, Educação Física)**
- 7. Outros**

Parâmetros Criteriais Nucleares: 2, 3, 5 e 6

D.2. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Para cada serviço relevante será analisado a sua adequação em relação às necessidades do funcionamento do curso, particularmente do ponto de vista da sua utilização pelos alunos.

Assim, serão objecto de análise:

- A adequação e qualidade de espaços e dos equipamentos
- A sua disponibilidade e utilização pelos alunos

São considerados serviços relevantes para esta análise, constituindo-se em **parâmetros criteriosais** os seguintes:

- 1. Anfiteatros/Auditórios**
- 2. Salas de aula**
- 3. Salas de estudo e de convívio**
- 4. Gabinetes dos docentes**
- 5. Biblioteca**
- 6. Serviços de informática para os alunos e Laboratório de TIC ou Tecnologia Educativa**
- 7. Laboratório de Ciências da Natureza**
- 8. Oficinas de Expressão Artística – Educação Musical, Educação Visual e Educação Dramática**
- 9. Oficinas Educação Física - Ginásio**
- 10. Outros**

Parâmetros Criteriais Nucleares: 3, 5, 6, 7, 8 e 9

D.3. RECURSOS FINANCEIROS

A CAE decidiu não avaliar este Campo de Apreciação pela impossibilidade de o fazer com o grau de rigor com que se analisaram os outros, pelo que uma avaliação sem rigor poderia afectar a credibilidade do conjunto

D.4. AMBIENTE ACADÉMICO (APOIO SOCIAL)

Serão analisados a suficiência e a adequação dos seguintes apoios aos alunos no âmbito social:

- 1. Bolsas de estudo**
- 2. Residências universitárias**
- 3. Cantinas**
- 4. Bares**
- 5. Estruturas e instalações para actividades culturais e desportivas**
- 6. Apoio médico**
- 7. Apoio psicológico**
- 8. Espaços de convívio**
- 9. Asseio e limpeza dos espaços docentes e de vivência**
- 10. Qualidade estética dos espaços docentes e de vivência**

ÁREA DE AVALIAÇÃO E - RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES

E.1. RELAÇÕES EXTERNAS E INTERNACIONALIZAÇÃO

Este campo de apreciação avalia as relações com os diversos tipos de comunidades no período dos últimos cinco anos – comunidade profissional, comunidade de formação, comunidade de investigação (comunidade académica), comunidade local ou regional.

Analisa a interacção com essas comunidades ao nível nacional (parâmetros criteriosais, 1,2, 3 e 4) e ao nível internacional (parâmetros criteriosais 5, e 6).

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES A NÍVEL NACIONAL

1 Adequação da interacção com a comunidade profissional servida

- ✓ oferta de formação acrescida – cursos de complemento e de qualificação,
- ✓ oferta de formação pós-graduada para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico,
- ✓ organização de acções de formação contínua ou encontros pedagógicos relevantes,
- ✓ participação de docentes da instituição em encontros profissionais organizados por associações de professores ou por escolas,
- ✓ realização de projectos de investigação(-acção) com a participação de professores do terreno.

2 Adequação da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

- ✓ participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio,
- ✓ participação de docentes em programas de ensino comuns
- ✓ protocolos e participação em redes formativas com os centros de formação contínua de professores

3 Adequação da interacção com a comunidade académica no âmbito da investigação

- ✓ participação em congressos e outros encontros científicos,
- ✓ participação em projectos de investigação interinstitucionais,
- ✓ participação em júris de provas e concursos noutras instituições,
- ✓ participação em sociedades/associações científicas.

4 Adequação da interacção com a comunidade local ou regional envolvente

RELAÇÕES COM AS COMUNIDADES A NÍVEL INTERNACIONAL

5 Internacionalização da interacção com a comunidade de formação no âmbito do ensino

- ✓ participação de estudantes e docentes em programas de intercâmbio europeus

6 Internacionalização da interacção com a comunidade académica

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,
- ✓ participação em sociedades/associações científicas de âmbito internacional,

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1, 3, 5 e 6

E.2. EMPREGABILIDADE

1. Taxas de emprego de diplomados no ano da conclusão e nos anos seguintes

Será avaliado o período dos últimos 5 anos anteriores ao ano-objecto da avaliação

2. Adequação e sucesso dos diplomados no exercício profissional

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,
- ✓

3. Existência de apoio aos professores principiantes e à inserção profissional dos diplomados.

- ✓ participação em encontros científicos internacionais,
- ✓ participação em projectos de investigação internacionais,
- ✓ participação em júris de doutoramento no estrangeiro,

Parâmetros Criteriais Nucleares: 1 e 2